



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

EDITAL Nº 001/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2026

ÍNDICE

EDITAL Nº 001/2026	3
1 - DO OBJETO	3
2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4
3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7 - DA FASE DE JULGAMENTO	10
8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9 - DOS RECURSOS	14
10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	15
11 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	16
12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	21
1 - DO OBJETO	21
2 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	22
3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	23
4 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	24
5 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	28
6 - DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO	32
7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	34
8 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	36
9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	36
ANEXO II – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA	37
ANEXO III – MODELO DE DISPENSA DE VISTORIA	38
ANEXO IV – VALORES DE REFERÊNCIA	39
ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	55



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO VI – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	73
1 - DAS PARTES	73
2 - DO FUNDAMENTO LEGAL	73
3 - DO OBJETO	73
4 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO	74
5 - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS	75
6 - DA CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES, SUBCONTRATAÇÃO E FUSÃO OU CISÃO	76
7 - DO PAGAMENTO	77
8 - DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO	79
9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	81
10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	81
11 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	84
12 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	86
13 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	86
14 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL	89
15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	90
16 - DOS CASOS OMISSOS	90
17 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO	90
18 - DAS ALTERAÇÕES	90
19 - DA PUBLICAÇÃO	91
20 - DO FORO	91





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

EDITAL N° 001/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2026

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS - CREA-GO, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/66, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 239 n.º 561, Setor Universitário, telefone: (62) 3221-6299, por intermédio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio instituídos pela Portaria n.º 122/2025, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo 87966/2025**, tornam público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações aplicáveis e as exigências estabelecidas neste **Edital**, farão realizar Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento pelo **menor preço do grupo único**.

DATA: 16 de março de 2026, ou primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente nesta data.

HORA: 09:00 horas – horário de Brasília-DF.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 389422

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação, copeiragem e apoio à manutenção predial, com fornecimento integral de materiais, equipamentos e insumos, a serem executados nas dependências internas e externas da sede administrativa do Crea-GO, do estacionamento e da Casa de Engenharia, todos localizados em Goiânia-GO, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no **Termo de Referência** e seus anexos.

1.2 - O valor total anual estimado da contratação, atualizado com os valores dos materiais de limpeza, é de **R\$ 793.547,17 (setecentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)**.

1.3 - O objeto será organizado em **1 (um) grupo único**, composto por múltiplos itens, conforme descrito nas tabelas constantes do **Termo de Referência: grupo único** – Sede Crea-GO (Goiânia).

1.4 - A licitação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento do tipo **menor preço global do grupo único**, nos termos dos arts. 28, II, 17, I, 32 e 6º, XXVII, da Lei n.º 14.133/2021.

1.5 - A proposta abrangerá obrigatoriamente todos os itens que compõem o **grupo único**.

1.6 - Os serviços objeto desta licitação são classificados como **serviços comuns de natureza continuada**, conforme definição do parágrafo único do art. 1º da Lei n.º 10.520/2002 e do inciso XVI do art. 6º da Lei n.º 14.133/2021, com padrões de desempenho e qualidade usuais no mercado.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO para o exercício de **2026**: 6.2.2.1.1.01.04.09.008 – Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, em nível compatível com as exigências deste **Edital**, e habilitados no Sistema **Compras.gov**, que atendam integralmente às condições de participação e habilitação estabelecidas neste **Edital** e seus Anexos.

3.2 - O atendimento aos requisitos de credenciamento nos sistemas mencionados deverá estar regularizado até o terceiro dia útil anterior à data fixada para o envio das propostas.

3.3 - O licitante é exclusivamente responsável pelas transações realizadas em seu nome nos sistemas eletrônicos, assumindo como firmes e verdadeiras todas propostas, declarações e lances a ele atribuídos, inclusive aqueles realizados por seus representantes.

3.4 - A Administração e o provedor do sistema não se responsabilizam por danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 - É de responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados nos sistemas utilizados no certame, promovendo, de imediato, a correção de qualquer informação incorreta ou desatualizada. A não observância dessa obrigação poderá ensejar sua inabilitação.

3.6 - A participação é aberta a todos interessados, assegurado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. A fruição do tratamento favorecido dependerá do efetivo enquadramento na LC nº 123/2006 e do atendimento às condições e limites nela previstos.

3.7 - Não poderão participar desta licitação:

3.7.1 - Pessoa física ou jurídica que não atenda às condições estabelecidas neste **Edital** e seus Anexos;

3.7.2 - Autor de anteprojeto, projeto básico ou executivo, quando houver; empresa da qual o autor seja dirigente, gerente, acionista com mais de 5% do capital votante, responsável técnico ou subcontratado;

3.7.3 - Pessoa física ou jurídica impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, ou que atue em nome de empresa sancionada com intuito de fraudar a penalidade;

3.7.4 - Pessoa física ou jurídica com vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente ou agente público envolvido na licitação ou gestão contratual, ou com parentesco até o terceiro grau com tais agentes;

3.7.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas entre si, atuando como concorrentes;

3.7.6 - Pessoa física ou jurídica condenada, nos últimos 5 (cinco) anos, por trabalho infantil, trabalho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

análogo ao escravo ou contratação irregular de adolescentes;

3.7.7 - Agente do Crea-GO;

3.7.8 - Pessoa física ou jurídica que tenha prestado consultoria técnica, assessoramento ou apoio durante o planejamento da contratação;

3.7.9 - Empresas reunidas em consórcio, conforme vedações do item **4.5** do **Termo de Referência**;

3.7.10 - Sociedades cooperativas, conforme disposto no item **4.6** do **Termo de Referência**;

3.7.11 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, atuando nessa condição, tendo em vista que o regime jurídico dessas entidades não se compatibiliza com a execução contratual com dedicação exclusiva de mão de obra, subordinação e controle disciplinar típicos do objeto licitado.

3.7.12 - Pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente, em situação de conflito de interesses, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.8 - Consideram-se equiparadas aos autores de projetos as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, nos termos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

3.9 - Nos casos em que o objeto da contratação incluir, como encargo do contratado, a elaboração de projeto básico e/ou executivo, será admitida a participação de interessados que exerçam tais atividades, observados os regimes de execução contratual integrados.

3.10 - A Administração poderá admitir, exclusivamente para fins de apoio técnico, a colaboração de autores de projetos ou empresas a eles vinculadas, desde que sob supervisão direta e exclusiva de servidores públicos, sem que isso configure participação como licitante.

3.11 - Em licitações financiadas, total ou parcialmente, com recursos de organismos internacionais ou agências oficiais de cooperação estrangeira, não será admitida a participação de pessoas físicas ou jurídicas que constem em listas de sanções dessas entidades ou que estejam impedidas de contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, envio de lances e julgamento, nos termos do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 - Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, suas propostas de preços (menor valor global do **grupo único**), até a data e horário fixados para a abertura da sessão pública, conforme estabelecido no preâmbulo deste **Edital**.

4.3 - No momento do cadastramento da proposta inicial, o sistema exigirá a declaração, sob pena de responsabilidade, de que o licitante:

4.3.1 - Está ciente e concorda com todas condições do **Edital** e seus Anexos, e que a proposta contempla todos custos necessários, inclusive relativos ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, normas coletivas e demais encargos legais;

4.3.2 - Não se utiliza de qualquer trabalho realizado por menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, exceto na



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e não submete menor de 18 (dezoito) anos à realização de trabalho noturno, em condições perigosas ou insalubres, nem à execução de atividades constantes da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, em observância ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e ao art. 2º, inciso II, alíneas “b” e “c”, do Decreto nº 12.174/2024.

4.3.3 - Não submete trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados, nem mantém trabalhadores em condições análogas às de escravo, em observância às garantias fundamentais previstas na Constituição Federal e ao disposto no art. 2º, inciso II, alínea “a”, do Decreto nº 12.174/2024;

4.3.4 - Cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme legislação vigente;

4.3.5 - Compromete-se a instituir e manter, durante toda a vigência contratual, canais acessíveis para recepção, formalização e tratamento de denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho dos empregados vinculados à execução do Contrato, garantindo sigilo das informações e proteção contra retaliações a denunciantes e testemunhas, sem prejuízo da utilização de canais oficiais disponibilizados pelo Crea-GO;

4.4 - A falsidade das declarações implicará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras responsabilidades civis, penais ou administrativas.

4.5 - Os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas até a abertura da sessão pública. Após esse momento, eventuais substituições não serão admitidas.

4.6 - A classificação das propostas dar-se-á apenas após a etapa de envio de lances, e será realizada com base nos critérios definidos neste **Edital**.

4.7 - Após a etapa competitiva, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes remanescentes, nos termos do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

4.8 - Caso a funcionalidade esteja disponível no sistema, o licitante poderá parametrizar valor final mínimo (ou percentual de desconto máximo), hipótese em que o envio de lances ocorrerá de forma automática, conforme regras a seguir:

4.8.1 - O sistema aplicará intervalo mínimo obrigatório entre os lances, tanto em relação aos lances intermediários quanto ao lance que igualar ou superar a melhor oferta;

4.8.2 - Os lances automáticos observarão exclusivamente o valor final mínimo ou o percentual de desconto parametrizado, respeitado o intervalo mínimo definido no **Edital**.

4.9 - A funcionalidade de envio automático de lances será bloqueada pelo sistema quando

4.9.1 - O valor ofertado for superior ao último lance válido (critério **menor preço**);

4.9.2 - O percentual de desconto for inferior ao último lance válido (critério **maior desconto**, se aplicável).

4.10 - O valor final mínimo ou percentual de desconto parametrizado terá caráter sigiloso, sendo acessível apenas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4.11 - Caberá exclusivamente ao licitante acompanhar o certame no sistema eletrônico, sendo responsável por eventuais perdas decorrentes de falhas de conexão, omissão ou inobservância de mensagens emitidas pela Administração.

4.12 - Ocorrendo qualquer situação que comprometa a segurança ou confidencialidade dos dados, o licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema, solicitando o bloqueio de seu acesso.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - O licitante deverá preencher sua proposta no sistema eletrônico, contendo, conforme aplicável:

5.1.1 - Valor global do **grupo único**, com base na unidade de fornecimento indicada no TR;

5.1.2 - Marca do produto ofertado (se houver);

5.1.3 - Nome do fabricante (se houver); e

5.1.4 - Planilha de Custos e Formação de Preços do **grupo único**, conforme modelo anexo ao TR.

5.2 - Todas as especificações, marcas e demais características inseridas na proposta vincularão o licitante, sendo consideradas parte integrante da futura obrigação contratual.

5.3 - Os valores propostos deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, incluindo tributos, encargos previdenciários, trabalhistas, despesas comerciais, operacionais, frete, seguros, e quaisquer outros necessários ao cumprimento do **Contrato**.

5.4 - Os preços registrados tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não sendo admitido pleito posterior de alteração sob alegação de erro, omissão, ou qualquer outra justificativa.

5.5 - Caso a empresa adote regime tributário com recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o valor ofertado deverá considerar média efetiva dos recolhimentos dos últimos **12 (doze) meses**, conforme documentação fiscal da própria empresa.

5.6 - Independentemente dos percentuais declarados na proposta, serão efetuadas retenções tributárias legais previstas na legislação vigente, no momento do pagamento.

5.7 - A apresentação da proposta implica compromisso formal do proponente com a execução integral do objeto, conforme as especificações do **Edital** e do **Termo de Referência**, inclusive quanto ao fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas, responsabilizando-se por sua substituição, quando exigido pela Administração.

5.8 - A proposta terá validade mínima de **60 (sessenta) dias**, contados da apresentação no sistema.

5.9 - O descumprimento, por parte da Administração, das regras estabelecidas quanto à adequada análise da composição dos preços pode ensejar responsabilização solidária dos agentes públicos e da empresa contratada perante o Tribunal de Contas da União, conforme art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, nos casos de sobrepreço ou superfaturamento comprovado após regular processo legal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5.10 - Havendo inconsistência entre a descrição dos itens publicada na plataforma do **Pregão Eletrônico** e a constante no **Anexo I – Termo de Referência**, prevalecerá esta última, por representar a manifestação oficial da Administração quanto às exigências técnicas do objeto.

5.11 - Nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, somente serão admitidas propostas que, na Planilha de Custos e Formação de Preços, adotem, para cada posto de trabalho, valores de remuneração (salário-base) e de auxílio-alimentação iguais ou superiores aos orçados pela Administração na planilha de referência constante do Termo de Referência, elaborada com base no acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho aplicável à categoria profissional e à base territorial de Goiânia/GO.

5.11.1 - A apresentação, em qualquer posto de trabalho, de valores inferiores aos constantes da planilha de referência da Administração para os componentes “salário” e “auxílio-alimentação” implicará desclassificação da proposta, por incompatibilidade com as garantias trabalhistas previstas no Decreto nº 12.174/2024 e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema **Compras.gov.br**, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste **Edital**.

6.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até o momento de início da sessão pública.

6.3 - O sistema eletrônico disponibilizará canal próprio para comunicação entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4 - Iniciada a fase competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente pelo sistema, sendo informados, em tempo real, do seu recebimento e do valor registrado.

6.5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total anual do grupo único, conforme o **Termo de Referência**.

6.6 - Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observadas as regras estabelecidas neste **Edital** e o horário previsto para a sessão.

6.7 - Será admitido apenas o lance de valor inferior ao último lance registrado pelo próprio licitante.

6.8 - O intervalo mínimo entre lances será de **R\$ 1,00 (um real)**, aplicando-se tanto aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.9 - O licitante poderá, uma única vez, excluir o último lance ofertado no prazo de até **15 (quinze) segundos** após o registro, em caso de inconsistência ou inexecutabilidade.

6.10 - O modo de disputa será **aberto e fechado**, nos termos do art. 56, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

6.10.1 - A etapa de lances terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**.

6.10.2 - Após esse prazo, o sistema emitirá aviso de fechamento iminente, iniciando-se período aleatório de até 10 (dez) minutos, findo o qual será encerrada automaticamente a recepção de lances.

6.10.3 - Concluída a etapa aberta, o sistema permitirá que o autor do melhor lance e os demais licitantes com ofertas até 10% superiores possam encaminhar lance final e fechado, no prazo de **5**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

(cinco) minutos.

6.10.4 - O licitante poderá manter seu último lance da etapa aberta ou ofertar novo lance fechado.

6.10.5 - Caso não haja, no mínimo, três ofertas na condição acima, o sistema convocará os melhores classificados subsequentes (até o máximo de três) para apresentar lance final e fechado, também no prazo de **5 (cinco) minutos**.

6.11 - Encerradas as etapas competitivas, o sistema divulgará a ordenação dos lances em ordem crescente de valor.

6.12 - Em caso de lances de mesmo valor, prevalecerá aquele registrado primeiro no sistema.

6.13 - Durante a sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do menor valor registrado, sendo vedada a identificação do autor da oferta.

6.14 - Em caso de desconexão do pregoeiro, o sistema poderá permanecer disponível para o envio de lances pelos licitantes.

6.15 - Caso a desconexão do pregoeiro persista por mais de **10 (dez) minutos**, a sessão será suspensa e reiniciada após **24 (vinte e quatro) horas**, mediante comunicação oficial no portal.

6.16 - O licitante que não apresentar lances concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

6.17 - Após o encerramento da fase de lances, o sistema verificará automaticamente o porte empresarial dos licitantes junto à Receita Federal, com base na Lei Complementar nº 123/2006, para aplicação dos benefícios de preferência previstos nos arts. 44 e 45.

6.18 - As propostas de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) situadas até **5%** acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com esta.

6.18.1 - A ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar nova oferta, em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos**, a contar da convocação automática do sistema.

6.18.2 - Se a ME ou EPP melhor classificada não apresentar nova proposta, as demais empatadas serão convocadas, sucessivamente, conforme a ordem de classificação.

6.18.3 - Em caso de equivalência entre os valores, será realizado sorteio entre as MEs e EPPs empatadas.

6.19 - Apenas serão considerados empates quando não houver lance(s) subsequente(s) ou quando ocorrer empates na etapa fechada.

6.19.1 - Persistindo o empate, os critérios de desempate serão os seguintes, nesta ordem:

- a) Disputa final (nova proposta em ato contínuo);
- b) Avaliação de desempenho contratual anterior;
- c) Políticas de equidade de gênero no ambiente de trabalho;
- d) Existência de programa de integridade implementado.

6.19.2 - Se ainda assim persistir o empate, será assegurada preferência a:

- a) Empresas sediadas no estado do órgão licitante;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento no Brasil;
- d) Empresas que pratiquem ações de mitigação ambiental (Lei nº 12.187/2009).

6.20 - Se a proposta melhor classificada permanecer acima do preço máximo definido ou abaixo do limite mínimo de desconto, o pregoeiro poderá negociar com o licitante, visando condições mais vantajosas.

6.20.1 - A negociação poderá ser estendida aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.20.2 - A negociação será conduzida via sistema, com registro acessível aos demais participantes.

6.20.3 - O resultado da negociação será registrado e juntado aos autos.

6.20.4 - Após a negociação, o licitante mais bem classificado deverá, em até **2 (duas) horas**, enviar nova proposta adequada ao valor negociado, conforme modelo constante dos Anexos do Termo de Referência.

6.20.5 - A critério do pregoeiro, o prazo poderá ser prorrogado, desde que solicitado e justificado no chat do sistema antes do término do prazo original.

6.21 - Encerradas as negociações, será iniciada a fase de aceitação da proposta, com posterior julgamento pela Administração.

7 - DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 - Encerrada a etapa de lances e, se for o caso, a negociação, o pregoeiro procederá à verificação das condições de participação e à análise da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar no **grupo único**, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - A verificação incluirá a consulta à regularidade do licitante, especialmente quanto à existência de sanções impeditivas de contratar com a Administração Pública, por meio dos seguintes cadastros:

7.2.1 - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

7.2.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.2.3 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ambos disponíveis no portal da Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/>).

7.3 - A consulta será realizada em nome da empresa e, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, também em nome de seu sócio majoritário, visando à detecção de eventual impedimento de participação.

7.4 - Ocorrendo indícios de tentativa de burla à sanção aplicada a terceiros, o pregoeiro poderá averiguar vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outras evidências que indiquem fraude à licitação, com base no art. 29, §1º, da IN SEGES nº 3/2018.

7.4.1 - A empresa será previamente notificada para manifestação antes de eventual inabilitação.

7.4.2 - Confirmada a tentativa de burla ou o vínculo com empresa sancionada, o licitante será inabilitado por ausência de condição de participação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.5 - Caso a proposta tenha sido beneficiada pelo regime jurídico diferenciado aplicável às microempresas ou empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará o enquadramento regular da empresa.

7.6 - Confirmada a habilitação, o pregoeiro procederá ao julgamento da proposta quanto:

7.6.1 - À compatibilidade com as especificações técnicas constantes do **Termo de Referência**;

7.6.2 - À compatibilidade do preço com o valor máximo admitido para o **grupo único**, conforme diretrizes dos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73/2022.

7.6.3 - Para fins de julgamento da proposta de preços, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, no prazo de até **2 (duas) horas**, contado da convocação, os seguintes documentos complementares, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024:

a) Declaração informando o enquadramento sindical do licitante, relacionando a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo de trabalho em que se baseia sua proposta;

b) Cópia da carta ou do registro sindical do sindicato ao qual o licitante declara ser enquadrado;

c) Cópia do acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo utilizado para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasou o valor global ofertado; e

d) Declaração de que é de responsabilidade do licitante a veracidade das informações prestadas, assumindo integralmente eventual ônus decorrente de erro no enquadramento sindical ou de utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento declarado, bem como de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021.

7.6.4 - A não apresentação, total ou parcial, dos documentos elencados no subitem 7.6.3, no prazo assinalado pelo Pregoeiro, acarretará a desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.7 - A proposta será desclassificada quando:

7.7.1 - Contiver vícios insanáveis;

7.7.2 - Não atender às especificações técnicas do objeto;

7.7.3 - Apresentar preço inexequível ou superior ao valor estimado do **grupo único**;

7.7.4 - Não comprovar a viabilidade de execução, quando solicitado;

7.7.5 - Estiver em desconformidade com as exigências **Editais**, desde que o vício não seja sanável.

7.8 - Será considerado indício de inexequibilidade o valor ofertado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado do **grupo único**, conforme art. 34 da IN SEGES nº 73/2022, sem prejuízo da análise motivada de outros casos acima desse percentual, em que haja sinais de inviabilidade econômico-financeira.

7.8.1 - A inexequibilidade só será declarada após diligência em que o pregoeiro comprove:

a) Que os custos da empresa superam o valor ofertado; ou

b) Que inexistem justificativas técnicas, econômicas ou estratégicas para sustentar a proposta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.9 - Em caso de dúvida sobre a exequibilidade ou necessidade de esclarecimentos, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de demonstrações que comprovem a viabilidade do preço.

7.10 - Erros formais ou materiais na planilha de custos não ensejam desclassificação, desde que não impliquem majoração do valor global nem afrontem exigências do **Edital**.

7.11 - A planilha poderá ser corrigida, no prazo definido pelo pregoeiro, desde que mantido o valor global da proposta e comprovada a cobertura integral dos custos.

7.12 - Considera-se erro passível de correção, entre outros, a indicação incorreta de regime tributário, como declarar Simples Nacional sem o devido enquadramento legal.

7.13 - Para análise técnica da proposta quanto à aderência às especificações do objeto, o pregoeiro poderá solicitar manifestação do setor requisitante ou da área técnica competente.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - A habilitação da licitante mais bem classificada será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, nos Níveis I a VI, e da documentação complementar exigida neste **Edital** e seus Anexos.

8.1.1 - Caso a validade dos documentos constantes nos Níveis III, IV e VI do **SICAF** esteja expirada, a licitante deverá apresentar documentação atualizada, observadas as disposições do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável.

8.2 - A documentação relativa à habilitação jurídica compreenderá, conforme a natureza jurídica da licitante:

8.2.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial);

8.2.2 - Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

8.2.3 - Sociedade empresária, SLU ou EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou **Contrato** social com prova de seus administradores, registrado na Junta Comercial;

8.2.4 - Sociedade estrangeira: autorização de funcionamento no Brasil publicada no DOU e arquivada na Junta Comercial;

8.2.5 - Sociedade simples: ato constitutivo registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

8.2.6 - Filial, sucursal ou agência: ato constitutivo registrado e averbado na Junta Comercial ou RCPJ da matriz.

8.3 - Os documentos deverão vir acompanhados de alterações contratuais ou consolidação correspondente.

8.4 - Será exigida compatibilidade entre o objeto social da empresa e o objeto licitado.

8.5 - Para fins de habilitação jurídica, fiscal, econômico-financeira e trabalhista, serão exigidos documentos mínimos previstos na legislação, dentre os quais se destacam:

8.5.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.5.2 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.5.3 - Certidões de regularidade fiscal perante a Receita Federal, Fazenda Estadual e Municipal;

8.5.4 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

8.5.5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.5.6 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, exigíveis por lei;

8.5.7 - Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

8.6 - MEIs estarão dispensados da apresentação de inscrição estadual e municipal, conforme legislação.

8.7 - Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá comprovar:

8.7.1 - Aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto licitado, por meio da apresentação de **atestados de capacidade técnica** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução prévia de serviços de natureza e complexidade semelhantes;

8.7.2 - Experiência mínima de **12 (doze) meses** na prestação de serviços continuados com alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, admitido o somatório de atestados distintos, inclusive de períodos não contínuos, desde que cumulativos e compatíveis com o escopo do presente objeto;

8.7.3 - Os atestados deverão estar vinculados à atividade econômica principal ou secundária da empresa, conforme registrado em seu contrato social vigente;

8.7.4 - Somente serão aceitos atestados emitidos após a conclusão do contrato, ou se decorrido, no mínimo, **1 (um) ano** do início da execução, salvo nos casos em que o serviço tenha sido concluído em prazo inferior, nos termos da IN SEGES nº 5, de 2017;

8.7.5 - Os atestados poderão ser emitidos em nome da matriz ou filial, contendo a identificação do emitente, escopo técnico, período de execução e assinatura da autoridade responsável.

8.8 - **Atestado de Vistoria (Anexo II)** assinado por servidor responsável do Crea-GO, ou **Declaração de Dispensa de Vistoria (Anexo III)**, conforme previsto no Anexo I - Termo de Referência.

8.9 - A documentação referente à Qualificação econômico-financeira exigida incluirá:

8.9.1 - Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, emitida pelo distribuidor da sede da licitante;

8.9.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exigindo-se índices de liquidez corrente, geral e solvência superiores a 1 (um), ressalvadas as empresas com menos de **2 (dois) anos** de constituição, que poderão apresentar balanço de abertura;

8.9.3 - Caso algum dos índices seja inferior a 1, a empresa deverá apresentar patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% do valor estimado da contratação;

8.9.4 - Declaração dos índices, assinada por contador legalmente habilitado.

8.10 - Os documentos poderão ser apresentados em original, cópia simples, cópia autenticada ou extraídos de publicação oficial.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.11 - Admite-se a substituição dos documentos por registro cadastral atualizado, realizado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.12 - Será exigida declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.13 - A licitante deverá apresentar declaração de cumprimento da reserva legal de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social.

8.14 - A proposta deverá conter declaração expressa de que contempla todos encargos legais, especialmente os trabalhistas, tributários, previdenciários e comerciais, inclusive eventuais custos indiretos.

8.15 - A exigência de documento original apenas ocorrerá se houver dúvida quanto à integridade digital do documento apresentado, ou se houver previsão legal expressa.

8.16 - É responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados no **SICAF**. O descumprimento poderá ensejar sua inabilitação.

8.17 - O pregoeiro poderá utilizar bases oficiais de dados públicas para verificar as condições de habilitação.

8.18 - Caso algum documento não conste no **SICAF**, a licitante deverá enviá-lo por meio eletrônico no prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação, prorrogável uma única vez, a critério do pregoeiro.

8.19 - A verificação da habilitação será feita apenas em relação à licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar.

8.20 - A apresentação de documentos complementares será admitida apenas para:

8.20.1 - Sanar falhas formais, com eficácia retroativa à data da entrega da proposta;

8.20.2 - Atualizar documentos cuja validade tenha expirado após o prazo de recebimento das propostas.

8.21 - O pregoeiro poderá sanar falhas formais ou promover diligências, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, desde que não impliquem prejuízo à isonomia ou à competitividade do certame.

8.22 - Em caso de inabilitação, o pregoeiro procederá à convocação do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

8.23 - Apenas os documentos da licitante habilitada com proposta aceita serão disponibilizados ao público, nos termos do art. 63, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

8.24 - Para microempresas e empresas de pequeno porte, a regularidade fiscal e trabalhista será exigida somente no momento da contratação, conforme art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, ou à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

9.2 - O prazo para interposição de recurso será de **3 (três) dias úteis**, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata correspondente.

9.3 - Quando o recurso tiver por objeto o julgamento das propostas ou o ato de habilitação/inabilitação do licitante, deverão ser observadas as seguintes condições:

9.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata e motivada, no prazo máximo de **10 (dez) minutos**, a contar da abertura da fase recursal no sistema eletrônico, sob pena de preclusão;

9.3.2 - O prazo para apresentação das razões recursais terá início:

a) A partir da intimação da ata de habilitação ou inabilitação, nos casos que a habilitação ocorrer antes do julgamento das propostas;

b) A partir da intimação da ata de julgamento das propostas, nos casos de inversão de fases, conforme §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

9.4 - Os recursos deverão ser formalizados e enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico utilizado, em campo próprio, observado o prazo legal.

9.5 - O recurso será dirigido à autoridade responsável pela decisão recorrida, que poderá, no prazo de **3 (três) dias úteis**, reconsiderar sua decisão. Caso não o faça, deverá encaminhá-lo à autoridade superior, que proferirá decisão final no prazo de **10 (dez) dias úteis**.

9.6 - Recursos interpostos fora dos prazos legais não serão conhecidos.

9.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou da divulgação da interposição do recurso, sendo assegurado o acesso aos autos e documentos necessários.

9.8 - O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo em relação ao ato ou decisão recorrida, até a deliberação final da autoridade competente.

9.9 - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados, nos termos do art. 165, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os prazos recursais, será encaminhado o processo à autoridade competente para:

10.1.1 - Proceder à adjudicação do objeto ao licitante vencedor do **grupo único**, observando o resultado final do certame;

10.1.2 - Realizar homologação da licitação, com a verificação da regularidade de todo o procedimento, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1 - Após a homologação da licitação, caso seja realizada a contratação, será firmado Termo de **Contrato** ou emitido instrumento equivalente, como Nota de Empenho, Carta **Contrato** ou Ordem de Serviço, conforme previsto no art. 89 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 - O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua convocação, para assinar o Termo de **Contrato** ou aceitar instrumento equivalente. A ausência de manifestação no prazo acarretará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.2.1 - Será permitida a assinatura digital do **Contrato** por meio eletrônico, desde que realizada com certificação digital no padrão ICP-Brasil, respeitado o prazo acima.

11.2.2 - A Administração poderá encaminhar o **Contrato** à licitante por meio eletrônico ou postal com Aviso de Recebimento (AR), sendo obrigatório o retorno do documento devidamente assinado no mesmo prazo de **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento.

11.2.3 - O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceitação pela Administração.

11.3 - O aceite da Nota de Empenho ou instrumento equivalente implicará reconhecimento de que:

11.3.1 - O documento substitui o **Contrato** formal, nos termos do art. 89, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

11.3.2 - A contratada está vinculada à sua proposta e a todas as cláusulas e condições estabelecidas no **Edital** e seus Anexos;

11.3.3 - As hipóteses de rescisão contratual serão aquelas previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

11.4 - O prazo de vigência do **Contrato** será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de **10 (dez) anos**, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantida a vantajosidade e existente crédito orçamentário.

11.5 - Antes da formalização da contratação, a Administração realizará:

11.5.1 - Consulta ao **SICAF** para verificar suspensão, impedimento ou ocorrência impeditiva indireta;

11.5.2 - Consulta ao CADIN, conforme Instrução Normativa nº 3/2018 e art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002.

11.6 - Caso o fornecedor ainda não esteja inscrito no **SICAF**, e a contratação requeira assinatura formal, este deverá providenciar seu cadastramento completo, sem ônus, previamente à assinatura.

11.7 - Constatada irregularidade no cadastro, a regularização deverá ocorrer no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste **Edital**.

11.8 - No momento da assinatura do **Contrato**, será exigida a reapresentação atualizada da documentação de habilitação, cujas condições deverão ser mantidas durante toda a vigência contratual.

11.9 - Caso o adjudicatário não comprove condições de habilitação ou se recuse a formalizar a contratação, a Administração poderá convocar o licitante classificado em posição subsequente, observada a ordem de classificação, desde que este atenda aos requisitos de habilitação, apresente proposta válida e aceite negociar as condições contratuais, sem prejuízo das sanções cabíveis ao adjudicatário original.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11.10 - Como condição para a assinatura do Contrato, a adjudicatária deverá prestar garantia de execução contratual no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, nos termos e condições estabelecidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 - Deixar de entregar documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame.

12.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, especialmente quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do **Edital**.

12.1.3 - Não celebrar **Contrato** ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.4 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar **Contrato** ou aceitar ou retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.5 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.6 - Fraudar a licitação.

12.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Quando exigida amostra, apresentar falsificada ou deteriorada.

12.1.8 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.9 - Praticar ato lesivo à Administração Pública previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2 - A Administração poderá aplicar, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções aos licitantes e/ou adjudicatários que cometerem infrações administrativas:

12.2.1 - Advertência.

12.2.2 - Multa, que será recolhida em percentual de **0,5%** (meio por cento) a **30%** (trinta por cento), incidente sobre o valor adjudicado do **grupo único** ou, se já celebrado o **Contrato**, sobre o valor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

contratual, conforme a gravidade da infração.

12.2.3 - Impedimento de licitar/contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo a que pertença o órgão ou entidade responsável pela licitação, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

12.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 - As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, conforme a gravidade da infração, garantida ao interessado a apresentação de defesa, especialmente na aplicação de multa, cujo prazo para manifestação será de **15 (quinze) dias úteis**, contados da intimação.

12.4 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses de não entrega da documentação exigida, não manutenção da proposta ou não celebração do **Contrato**, quando não se justificar penalidade mais grave.

12.5 - A sanção de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada quando verificada a apresentação de documentos ou declarações falsas, fraude à licitação, comportamento inidôneo, atos ilícitos voltados à frustração da licitação, ou ainda nas demais hipóteses de infração que, pela gravidade, justifiquem penalidade mais severa que o impedimento de licitar e contratar. A duração da penalidade observará o disposto no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.6 - A recusa injustificada em assinar o **Contrato** ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado pela Administração, será considerada descumprimento total da obrigação assumida e acarretará a perda da garantia da proposta, além das demais sanções previstas neste item, conforme o art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

12.7 - A apuração das infrações que ensejem sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade dependerá de processo de responsabilização conduzido por comissão, assegurado ao licitante ou adjudicatário o contraditório e a ampla defesa, com prazo de **15 (quinze) dias úteis** para apresentação de defesa escrita, a contar da intimação, podendo o interessado indicar as provas que pretende produzir.

12.8 - Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que poderá reconsiderar o ato no prazo de **5 (cinco) dias úteis** ou encaminhá-lo à autoridade superior, com motivação, para decisão no prazo de até **20 (vinte) dias úteis** contados do recebimento dos autos.

12.9 - Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração, também no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data da intimação, e a decisão deverá ser proferida no prazo de **20 (vinte) dias úteis**.

12.10 - Recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.

12.11 - A aplicação das sanções previstas neste **Edital** não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este **Edital** por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2 - A resposta à impugnação/pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico creago.org.br, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à abertura do certame.

13.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio eletrônico, pelo e-mail: licitacoes@creago.org.br.

13.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4.2 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 - O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

14.4 - Todas as referências de tempo no **Edital** e durante a sessão pública observarão horário de Brasília-DF.

14.5 - Fica assegurado ao Crea-GO o direito de revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, ou proceder à sua anulação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, se presente ilegalidade insanável.

14.6 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7 - O **Contrato** poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por conveniência administrativa ou interesse público justificado, nos casos de perda de vantagem à Administração ou indisponibilidade de créditos orçamentários. Nessas hipóteses, não será devida indenização, salvo quanto aos atos já praticados que não tenham caráter preparatório e às parcelas do **Contrato** efetivamente executadas.

14.8 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.9 - Os licitantes assumem todos custos de preparação e apresentação de propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

14.10 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste **Edital** e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.12 - Em caso de divergência entre disposições deste **Edital** e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste **Edital**.

14.13 - O **Edital** e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.creago.org.br.

14.13.1 - Anexo I – Termo de Referência

14.13.2 - Anexo II – Modelo de Atestado de Vistoria

14.13.3 - Anexo III – Modelo de Dispensa de Vistoria

14.13.4 - Anexo IV – Valores de Referência

14.13.5 - Anexo V – Modelo de Proposta Comercial

14.13.6 - Anexo VI – Minuta de Termo de Contrato

Goiânia, 26 de fev de 2026.

Antonio Carlos Costa de Holanda
Área de Edital e Termo de Referência
Departamento de Licitação





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste **Termo de Referência** a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação, copeiragem e apoio à manutenção predial, com fornecimento integral de materiais, equipamentos e insumos, a serem executados nas dependências internas e externas da sede administrativa do Crea-GO, do estacionamento e da Casa de Engenharia, todos localizados em Goiânia-GO, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

Tabela-resumo do Grupo único - Sede Crea-GO (Goiânia)							
Serviços (com fornecimento incluído)	Itens	Postos de Trabalho	Jornada	Quant.	Unid.	Valor estimado (R\$)	
						Mensal	Anual
Serviços contínuos de limpeza e conservação das dependências, com rotinas diárias, semanais, quinzenais e mensais, serviços de copa (preparo e apoio a eventos) e apoio à manutenção predial (elétrica, hidráulica, carpintaria, rede lógica e fachadas).	1	Auxiliar de Limpeza	40 horas semanais	7	Un.	R\$ 37.831,13	R\$ 453.973,54
	2	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais	1	Un.	R\$ 5.406,69	R\$ 64.880,32
O fornecimento compreende uniformes padronizados, EPIs adequados por função, materiais de limpeza completos e equipamentos profissionais compatíveis com a natureza das atividades.	3	Copeira	40 horas semanais	2	Un.	R\$ 9.470,16	R\$ 113.641,87
	4	Auxiliar de Manutenção Predial	40 horas semanais	1	Un.	R\$ 10.738,00	R\$ 128.856,03
Valor total estimado (R\$):						63.445,98	761.351,77
+ Valor anual dos materiais de limpeza:							32.195,40
Valor total anual estimado do grupo único:							793.547,17

1.2 - A presente contratação foi estruturada em **1 (um) grupo único** de serviços, conforme autorizado pelo art. 31 da Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da economicidade, eficiência, ampla competitividade e gestão contratual racional.

1.2.1 - A opção por concentrar todo o objeto em **1 (um) grupo único** justifica-se pela necessidade de assegurar maior eficiência na execução contratual, evitando fragmentação excessiva do objeto, que poderia provocar perda de escala, aumento de custos administrativos, dificuldades de padronização dos serviços e maior complexidade na fiscalização. A unificação também reduz o risco de descontinuidade na prestação, uma vez que toda a execução ficará sob responsabilidade de um único fornecedor, permitindo planejamento mais integrado e respostas mais céleres às demandas operacionais

1.2.2 - A adoção de apenas **1 (um) grupo** mostra-se tecnicamente adequada e juridicamente viável, pois: (i) garante escala suficiente para atrair empresas qualificadas e assegurar preços competitivos; (ii) mantém a ampla competitividade, nos termos dos arts. 11, 40 e 46 da Lei nº 14.133/2021; (iii) evita a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

pulverização contratual, que poderia sobrecarregar a Administração com múltiplos processos de gestão e fiscalização; (iv) simplifica o gerenciamento do **Contrato**, aumentando o controle e a efetividade da execução; (v) permite participação de MEI, ME e EPP, inclusive via subcontratação parcial, quando autorizada, conforme art. 48, II, da Lei Complementar nº 123/2006.

1.2.3 - A estruturação em **1 (um) grupo único** proporciona maior economia de escala, otimiza a aquisição de insumos, melhora a previsibilidade para os fornecedores e tende a resultar em condições mais vantajosas para a Administração, além de facilitar o acompanhamento da execução contratual.

1.2.4 - Dessa forma, a opção pelo modelo com **1 (um) grupo único** revela-se plenamente compatível com os princípios da eficiência, economicidade, isonomia entre os licitantes e busca da proposta mais vantajosa, alinhando-se aos objetivos estratégicos da contratação.

1.3 - Os serviços contratados são classificados como serviços de natureza **continuada**, nos termos do inciso XVI do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por atenderem a necessidades permanentes da Administração e exigirem prestação de forma ininterrupta, ainda que não estejam diretamente vinculados às atividades finalísticas do Crea-GO.

1.4 - Os serviços ora contratados são também classificados como serviços comuns, conforme definição do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, por possuírem padrões de qualidade e desempenho definidos com base em especificações usuais de mercado, observadas as características técnicas constantes deste **Termo de Referência**.

1.5 - A execução contratual ocorrerá de forma indireta, estando os serviços enquadrados nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e não se configurando em nenhuma das hipóteses previstas no art. 3º do referido diploma legal, o que autoriza sua contratação por empresa terceirizada.

1.6 - O prazo de vigência do **Contrato** será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de **10 (dez) anos**, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que observadas a vantajosidade da prorrogação e a existência de crédito orçamentário para sua continuidade.

2 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A presente contratação justifica-se pela ausência de estrutura interna permanente e especializada no âmbito do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - Crea-GO, apta a executar, com qualidade e regularidade, os serviços de limpeza, conservação, copeiragem e apoio à manutenção predial.

2.2 - Tais atividades, embora não correspondam às funções finalísticas do Crea-GO, são imprescindíveis ao funcionamento habitual, ininterrupto e seguro da unidade organizacional, sendo, portanto, caracterizadas como serviços de natureza continuada.

2.3 - A execução indireta por empresa contratada, com fornecimento integral de mão de obra, insumos, materiais e equipamentos, permite à Administração concentrar-se em suas competências institucionais específicas, conforme preconiza o art. 1º, §1º, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, que recomenda a terceirização preferencial de atividades acessórias, instrumentais ou complementares, como é o caso dos serviços ora pretendidos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

2.4 - O objetivo da contratação é assegurar ambientes física e sanitariamente adequados ao exercício das funções administrativas e técnicas do Conselho, garantindo limpeza, higienização e conservação das edificações, instalações, bens móveis e áreas de uso comum, na sede do Crea-GO, localizada em Goiânia-GO, em conformidade com os padrões de qualidade e segurança requeridos pela legislação vigente e pelas normas técnicas de saúde ocupacional.

2.5 - A contratação visa ainda garantir a prestação contínua e regular dos serviços, de forma a evitar qualquer risco de descontinuidade, especialmente diante da proximidade do vencimento do **Contrato** atualmente vigente, com término previsto para 31 de dezembro de **2025**, e da manifestação formal da empresa contratada quanto à ausência de interesse em nova prorrogação contratual. Nesse contexto, a antecipação do novo procedimento licitatório constitui medida de prudência administrativa e mitigação de risco institucional, nos termos do que dispõe o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que impõe à alta administração a responsabilidade pela gestão de riscos e pela integridade nas contratações públicas.

2.6 - Ressalte-se que a interrupção dos serviços em questão comprometeria diretamente o ambiente de trabalho dos servidores, a salubridade dos usuários e a imagem institucional do Crea-GO, impactando negativamente na continuidade das atividades administrativas, nos atendimentos ao público e na conservação patrimonial da infraestrutura física sob responsabilidade do Conselho.

2.7 - Adicionalmente, a contratação centralizada e com escopo unificado proporciona ganhos de escala, controle gerencial facilitado, padronização dos procedimentos operacionais e melhores condições de negociação econômica, contribuindo para o alcance dos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade que regem a atuação administrativa, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 - A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns, de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para a execução de atividades de limpeza, conservação, copeiragem e apoio à manutenção predial, com fornecimento integral de materiais, equipamentos e insumos, a serem prestados nas dependências internas e externas da sede administrativa do Crea-GO, do estacionamento e da Casa de Engenharia, todos localizados em Goiânia-GO.

3.2 - A obtenção da solução dar-se-á por meio de licitação pública, na modalidade **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento do tipo **menor preço**, conforme arts. 28, inciso II, 17, inciso I, 32 e 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021. A escolha do **Pregão Eletrônico** justifica-se pela classificação do objeto como serviço comum, com padrões usuais de qualidade e desempenho definidos pelo mercado, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 10.024/2019.

3.3 - A execução será indireta, mediante terceirização, nos termos do art. 1º, §1º, do Decreto nº 2.271/1997 e do Decreto nº 9.507/2018, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de vedação previstas no art. 3º deste último. A opção pela terceirização fundamenta-se na ausência de pessoal próprio no quadro do Crea-GO para o desempenho de atividades auxiliares não finalísticas, cuja natureza não justifica provimento por meio de concurso público, conforme previsto no art. 1º, §1º, do Decreto nº 2.271/1997.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

3.4 - Os serviços serão prestados nas unidades físicas abrangidas pelo **grupo único**, quais sejam: (i) a sede administrativa do Crea-GO; (ii) o estacionamento; e (iii) a Casa de Engenharia, em Goiânia-GO, conforme dimensionamento constante deste **Termo de Referência**.

4 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - A presente contratação deverá atender aos requisitos legais, técnicos e administrativos indispensáveis à execução adequada, contínua e eficiente dos serviços, com a adoção de critérios de sustentabilidade, vedação a formatos jurídicos incompatíveis com a finalidade do **Contrato** e mitigação de riscos por meio de garantias legais e operacionais.

4.2 - Nos termos do art. 25, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2010, esta contratação observará **critérios de sustentabilidade ambiental**, adotando práticas operacionais compatíveis com a preservação do meio ambiente, a redução de impactos negativos e a racionalização no uso de recursos naturais.

4.3 - A execução contratual deverá estar integralmente alinhada ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (6ª edição), especialmente quanto à: (i) Utilização de produtos biodegradáveis, com menor impacto ambiental possível e rotulagem ambiental reconhecida; (ii) Redução do consumo de recursos naturais, como água e energia, por meio da adoção de práticas operacionais eficientes e uso de equipamentos com selo de eficiência energética; (iii) Geração mínima de resíduos, com separação correta, coleta seletiva e destinação adequada, inclusive por meio de logística reversa de embalagens; (iv) Proibição expressa da utilização de produtos perigosos, tóxicos, com solventes agressivos ou com risco à saúde humana e ao meio ambiente; (v) Capacitação obrigatória da mão de obra da Contratada quanto às rotinas sustentáveis de limpeza, conservação e descarte de resíduos.

4.4 - São impactos ambientais potenciais desta contratação e suas respectivas medidas mitigadoras:

4.4.1 - Geração de resíduos sólidos (comuns, recicláveis, orgânicos ou perigosos, como lâmpadas, pilhas, embalagens de produtos de limpeza): (i) Implantar coleta seletiva em todas as unidades atendidas; (ii) Destinar resíduos perigosos a empresas licenciadas ambientalmente; (iii) Treinar os funcionários da Contratada quanto à correta segregação e descarte dos resíduos.

4.4.2 - Uso excessivo de água nas rotinas de limpeza: (i) Priorizar técnicas de limpeza úmida (mops e panos, em vez de lavagem direta); (ii) Utilizar lavadoras de alta pressão com regulação de vazão; (iii) Monitorar periodicamente o consumo de água, reportando desvios à Contratante.

4.4.3 - Consumo elevado de energia elétrica (aspiradores, lavadoras, iluminação): (i) Utilizar equipamentos com selo PROCEL ou outro oficial de eficiência energética; (ii) Restringir o funcionamento ao tempo necessário à execução das tarefas; (iii) Realizar manutenção preventiva regular para evitar desperdícios e manter o desempenho eficiente.

4.4.4 - Emissão de produtos químicos no ambiente (detergentes, desinfetantes, inseticidas, etc.): (i) Priorizar produtos biodegradáveis certificados pela ANVISA; (ii) Evitar uso de cloro em excesso, fosfatos ou solventes com alta toxicidade; (iii) Controlar rigorosamente a dosagem para prevenir desperdício ou contaminação.

4.4.5 - Poluição do solo e da água por descarte inadequado de embalagens: (i) Implementar política de





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

logística reversa das embalagens utilizadas, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); (ii) Realizar correta segregação e destinação das embalagens plásticas, com prioridade para a reciclagem e encaminhamento a cooperativas ou empresas licenciadas; (iii) Selecionar, sempre que possível, insumos com embalagens recicláveis, biodegradáveis ou com selos de sustentabilidade reconhecidos.

4.4.6 - Emissão de ruídos por equipamentos de limpeza (sopradores, lavadoras, aspiradores industriais): (i) Priorizar a aquisição e utilização de equipamentos com tecnologia de baixo ruído ou classificação silenciosa; (ii) Restringir o uso desses equipamentos aos horários compatíveis com as atividades administrativas da Contratante; (iii) Fornecer e exigir o uso adequado de protetores auriculares aos trabalhadores que operarem tais equipamentos, conforme exigido pelas normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho.

4.4.7 - Risco de acidentes ambientais (armazenamento incorreto de produtos químicos, vazamentos, derramamentos): (i) Armazenar todos os produtos de limpeza em local ventilado, sinalizado, com contenção secundária e separado de áreas de uso comum ou alimentação; (ii) Manter em local visível e acessível as Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, exigidas para todos os insumos utilizados; (iii) Capacitar os empregados da Contratada em procedimentos de manuseio, transporte e resposta a emergências ambientais, com realização periódica de treinamentos e simulações.

4.4.8 - Desperdício de papel (toalhas interfolhas, papel higiênico, embalagens e outros): (i) Utilizar papel produzido com fibras naturais certificadas ou reciclado, preferencialmente com selo FSC ou equivalente; (ii) Instalar dispensadores de papel com controle unitário, para reduzir o consumo excessivo; (iii) Promover campanhas de conscientização entre os usuários quanto ao uso racional de papel e boas práticas ambientais nas dependências do Crea-GO.

4.5 - Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista a natureza comum e padronizada do objeto, que não exige a união de expertises distintas, tampouco envolve complexidade técnica ou divisão de escopo que justifique a atuação consorciada. A vedação visa garantir a economicidade, a simplicidade procedimental e a efetividade da gestão e fiscalização contratual, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.6 - Fica vedada a participação de cooperativas de trabalho, tendo em vista a natureza da contratação, que pressupõe subordinação hierárquica, controle disciplinar e cumprimento de escalas rígidas de prestação de serviços, requisitos incompatíveis com o regime jurídico das cooperativas, cuja relação com seus cooperados é de natureza associativa, não empregatícia. A vedação visa evitar descontinuidade na execução, garantir responsabilidade objetiva da contratada e assegurar os direitos trabalhistas dos empregados vinculados ao **Contrato**.

4.7 - É vedada à Contratada a cessão ou transferência, total ou parcial, a qualquer título, **dos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato**, salvo mediante autorização prévia e expressa da Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8 - É igualmente vedada a subcontratação total do objeto contratual.

4.8.1 - A subcontratação parcial poderá ser admitida, desde que: (i) previamente autorizada, por escrito, pela Contratante; (ii) tecnicamente justificada; (iii) limitada a até 30% (trinta por cento) dos serviços auxiliares definidos como de apoio logístico ou operacional não relacionados à atividade-fim;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

(iv) formalizada mediante termo específico no processo, com identificação da empresa subcontratada, objeto da subcontratação, valor, e prazo.

4.8.2 - É expressamente vedada a subcontratação de atividades que envolvam alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, supervisão direta da Contratada ou execução de serviços essenciais ao objeto principal do **Contrato**, nos termos do §1º do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.3 - A subcontratada deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições: (i) comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária; (ii) não ter sido declarada inidônea ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública; (iii) apresentar certidões negativas de débitos junto ao Crea-GO, quando exigível.

4.8.4 - A Contratada e eventual empresa subcontratada responderão solidariamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas decorrentes dos serviços subcontratados, nos termos do art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e do § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo a Administração Pública demandar qualquer uma delas, em conjunto ou separadamente, pelas obrigações inadimplidas. A Contratada permanecerá responsável perante a Contratante pela execução integral do objeto, respondendo também por danos, prejuízos ou inadimplementos de natureza previdenciária, civil, comercial e tributária decorrentes da atuação da subcontratada.

4.9 - A ocorrência de cessão, transferência ou subcontratação em desacordo com as disposições desta cláusula ensejará a imediata rescisão contratual por inexecução parcial ou total, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

4.10 - A fusão, cisão, incorporação ou associação da Contratada com terceiros deverá ser formalmente comunicada à Contratante, que deliberará, de forma motivada, sobre a manutenção da contratação, observando-se, para tanto: (i) a observância pela nova pessoa jurídica a todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; (ii) a manutenção das cláusulas e condições estabelecidas no **Contrato** original; (iii) a inexistência de qualquer prejuízo à execução do objeto pactuado.

4.11 - Em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, **será exigida** da licitante vencedora a prestação de **garantia contratual** no valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor total do **Contrato**, em qualquer das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da mesma lei. A exigência visa assegurar a fiel execução do **Contrato**, mitigar riscos operacionais e proteger a Administração contra prejuízos decorrentes de inadimplemento, atrasos, vícios ou danos causados à contratante ou a terceiros.

4.12 - A garantia de execução contratual deverá ser apresentada como condição para a assinatura do Contrato, observadas as seguintes disposições:

4.12.1 - A garantia poderá ser prestada, a critério da Contratada, mediante uma das modalidades:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, observado o valor de mercado e a regulamentação específica expedida pelo Governo Federal;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária, contendo, obrigatoriamente, cláusula de renúncia aos benefícios previstos no art. 827 do Código Civil, em especial à ordem de nomeação de bens.

4.12.2 - Em qualquer das modalidades adotadas, a garantia deverá conter cobertura expressa para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

verbas rescisórias trabalhistas, na forma do §3º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

4.12.3 - A garantia deverá ser apresentada em até **5 (cinco) dias úteis** contados da convocação para assinatura do Contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

4.12.4 - A Contratante poderá utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução contratual, reparar danos causados pela Contratada ou satisfazer obrigações inadimplidas, inclusive de natureza trabalhista, previamente notificada a Contratada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.12.5 - Ocorrendo uso parcial ou total da garantia pela Contratante, a Contratada deverá recompor o valor original em até **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação correspondente.

4.12.6 - A garantia será mantida durante toda a vigência do Contrato, inclusive em eventuais prorrogações, e somente será liberada ou restituída após o decurso do prazo de **90 (noventa) dias corridos**, contados do recebimento definitivo do objeto, desde que inexistam pendências de qualquer natureza, inclusive trabalhistas, ou responsabilizações em andamento.

4.12.7 - No caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da Contratada, o valor da garantia, integral ou remanescente, reverter-se-á em favor da Contratante, sem prejuízo da apuração de perdas e danos eventualmente verificadas.

4.13 - Para o adequado dimensionamento da proposta e pleno conhecimento das condições do local de execução dos serviços, será facultada aos licitantes a realização de vistoria técnica nas instalações da Sede do Crea-GO, localizada em Goiânia-GO.

4.13.1 - O período para realização da vistoria será compreendido entre o **1º (primeiro) dia útil** após a publicação do **Edital** até o dia útil imediatamente anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. O agendamento da vistoria deverá ser realizado previamente pelo telefone (62) 3221-6211, junto ao Departamento Administrativo da Sede.

4.13.2 - A vistoria deverá ser realizada por representante legal do licitante ou preposto devidamente autorizado, munido de documento de identidade civil e documento emitido pela empresa que comprove sua habilitação para realização do ato.

4.13.3 - A não realização da vistoria facultativa não poderá embasar qualquer alegação futura de desconhecimento das condições do local, das instalações ou da natureza do objeto, sendo de inteira responsabilidade da licitante vencedora os ônus decorrentes da execução contratual em tais condições.

4.13.4 - Ao se abster da vistoria, a licitante declara, para todos fins de direito, que conhece plenamente as condições e peculiaridades do local de execução dos serviços e que assume total responsabilidade técnica e financeira por tal decisão, não podendo, sob nenhuma hipótese, alegar desconhecimento para fins de reequilíbrio contratual ou modificação de sua proposta.

4.14 - A empresa contratada deverá observar, durante toda a execução dos serviços objeto:

4.14.1 - A vedação absoluta à submissão de trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida, trabalhos forçados ou a qualquer outra forma de trabalho em condições análogas às de escravo, nos termos do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024;

4.14.2 - A proibição de utilização de trabalho realizado por menor de 16 (dezesseis) anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, bem como a vedação de submeter



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

menor de 18 (dezoito) anos a trabalho noturno, perigoso, insalubre ou às atividades constantes da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.14.3 - A instituição e divulgação, aos empregados vinculados à execução deste Contrato, de canais acessíveis para recepção, registro e tratamento de denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, assegurando sigilo, proteção contra retaliações a denunciante e testemunhas e apuração tempestiva, sem prejuízo da utilização de canais oficiais disponibilizados pelo Crea-GO.

5 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - A execução dos serviços será realizada de forma contínua, ininterrupta e com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo atividades de limpeza, conservação, copeiragem, apoio à manutenção predial e serviços auxiliares, mediante alocação fixa de profissionais em postos de trabalho, com jornada previamente definida para cada unidade.

5.2 - Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, com capacidade técnica e operacional para assegurar a execução simultânea e eficaz em todos os locais da Sede, respeitadas as características físicas, operacionais e institucionais do Conselho, em conformidade com os arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.

5.3 - As atividades executadas englobarão rotinas operacionais classificadas por periodicidade (diária, semanal, quinzenal e mensal), de acordo com tipo de serviço, ambiente atendido e parâmetros técnicos exigidos, sem prejuízo das demandas extraordinárias eventualmente solicitadas pela Administração.

5.4 - Os postos de trabalho foram dimensionados com base em estudo técnico de carga horária e na necessidade de cobertura integral das tarefas previstas, sendo vedada a redução de efetivo sem autorização expressa da Contratante. A ausência de qualquer empregado deverá ser suprida de imediato por substituto devidamente habilitado, sem ônus adicional para a Administração.

5.5 - Antes do início da execução, a Contratada deverá apresentar plano de trabalho detalhado contendo a descrição das rotinas operacionais, o dimensionamento dos recursos humanos e materiais, a sistemática de controle de qualidade, a estrutura de supervisão e o cronograma técnico de execução, em observância ao art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.6 - A execução deverá iniciar-se no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do **Contrato** e da emissão da ordem de início, prazo em que a Contratada deverá concluir a mobilização integral de pessoal, materiais e equipamentos.

5.7 - A Contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais de limpeza, utensílios, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), devidamente registrados nos órgãos competentes e compatíveis com a natureza da atividade, sendo vedado o uso de produtos nocivos ao meio ambiente, à saúde ou ao patrimônio da Contratante.

5.8 - A apresentação dos empregados deverá ser compatível com o ambiente institucional, exigindo-se uniforme padronizado, crachá de identificação e padrão mínimo de asseio, higiene e conduta, em conformidade com as especificações contratuais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5.9 - A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas da ABNT aplicáveis, a legislação trabalhista, previdenciária, ambiental, de segurança e medicina do trabalho, bem como as determinações expedidas pela Contratante.

5.10 - Os serviços serão fiscalizados por agente designado, a quem caberá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a frequência dos empregados, a regularidade da execução e a conformidade dos insumos e equipamentos.

5.11 - A transição entre empresa cessante e nova Contratada deverá ocorrer de forma gradual, estruturada e cooperativa, sem descontinuidade, assegurando continuidade do serviço público essencial.

5.12 - Os serviços deverão ser prestados de forma a garantir padrão contínuo de qualidade, respeitando os princípios da eficiência, economicidade, salubridade, acessibilidade e continuidade, cabendo à Contratada a plena responsabilidade pela adequada condução técnica e administrativa dos trabalhos.

Grupo único – Sede Crea-GO (Goiânia)			
Item	Local	Endereço	Área (m²)
1	Sede do Crea-GO	Rua 239 nº 561 – Setor Leste Universitário – Goiânia	6.171,90
2	Estacionamento	Rua 240, s/n, Qd. 93, Lt. 13 – Setor Leste Universitário – Goiânia	570,00
3	Casa de Engenharia	11ª Avenida nº 285, Qd. 93, Lt. 10 – Setor Leste Universitário – Goiânia	570,00

5.13 - Postos de Trabalho e Jornada:

5.13.1 - 7 (sete) auxiliares de limpeza – **40 (quarenta) horas** semanais, segunda a sexta-feira;

5.13.2 - 1 (um) auxiliar de serviços gerais – **40 (quarenta) horas** semanais, segunda a sexta-feira;

5.13.3 - 2 (duas) copeiras – **40 (quarenta) horas** semanais, segunda a sexta-feira; e

5.13.4 - 1 (um) auxiliar de manutenção predial – **40 (quarenta) horas** semanais, segunda a sexta-feira.

5.14 - A Contratada fornecerá 2 (dois) jogos de uniformes completos por ano, devendo substituir peças em até 48 h após solicitação da Administração, sendo:

5.14.1 - Auxiliar de Limpeza: calça de brim; camisa de malha com logomarca; calçado tipo tênis preto em couro, fechado, hidrofugado, solado PU bi-densidade, palmilha antibacteriana.

5.14.2 - Auxiliar de Serviços Gerais: calça de brim; camisa de malha; calçado tipo botina em couro, com bico de segurança, solado injetado em PU, palmilha antibactéria/antifungo.

5.14.3 - Copeira: calça em tecido Oxford; camisa de malha 100% algodão com logomarca; calçado tipo tênis preto em couro.

5.14.4 - Auxiliar de Manutenção Predial: calça e jaleco de brim; luvas (classe 1 e de proteção); óculos de proteção; calçado tipo botina isolante para baixa tensão.

5.15 - Rotinas de Serviços:

5.15.1 - Diários: varrição, higienização de pisos, limpeza de sanitários (duas vezes ao dia), aspiração de carpetes, higienização de móveis e elevadores, reposição de insumos (papel higiênico, papel toalha,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

sabonete líquido, álcool em gel, detergentes, etc.), irrigação de jardins, limpeza de telefones, mesas e refeitórios.

5.15.2 - Semanais: limpeza atrás de móveis, vidros, divisórias, portas, paredes, auditórios, plenários e bebedouros.

5.15.3 - Quinzenais: limpeza de lâmpadas, interruptores, calçadas.

5.15.4 - Mensais: lavagem de garagens, higienização de tetos, paredes, rodapés, dutos de ar-condicionado, cortinas e persianas.

5.15.5 - Serviços de Copa: preparo de café e chá, higienização de utensílios, atendimento à Presidência, reuniões e eventos.

5.15.6 - Serviços Gerais: limpeza de áreas externas e estacionamento, transporte e ajustes de móveis e equipamentos.

5.15.7 - Manutenção Predial: reparos elétricos, hidráulicos, carpintaria, rede lógica, alvenaria, limpeza de calhas, conservação de fachadas, seguindo normas de segurança e meio ambiente.

5.16 - A Contratada fornecerá integralmente os materiais descritos na tabela abaixo, cujos quantitativos são estimativos e vinculam-se ao Contrato:

Materiais de Limpeza			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual estimada
1	Água sanitária, base hipoclorito de sódio com teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5% p.p. Embalagem de 5 litros, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Galão	96
2	Álcool líquido 70%, tipo etílico, para uso doméstico. Embalagem de 1 litro, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	360
3	Balde de 12 litros reforçado	Unidade	24
4	Bom ar desodorizado de ambiente spray 360ml	Unidade	360
5	Borrifador de água capacidade 500 ml	Unidade	24
6	Desentupidor de vaso sanitário, com cabo longo de madeira plastificado	Unidade	2
7	Desinfetante concentrado, fragrância eucalipto – composição: água, ingredientes ativos, tensoativo não iônico, óleo de eucalipto, cloreto de alquil, dimetil, benzil cítrico, com ação germicida e bactericida. Embalagem plástica com 5 litros, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Galão	84
8	Detergente/Limpador para Limpeza pesada para uso geral para diversos tipos de pisos como cozinhas, cerâmicas, porcelanatos, azulejos, banheiros, bancadas, lavatórios, louças sanitárias, embalagem com 5 litros.	Galão	12
9	Escova manual de lavar multiuso (estilo escova de lavar roupa)	Unidade	24
10	Escova sanitária com cabo	Unidade	20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11	Esponja sintética para limpeza – com espuma de poliuretano, com abrasivo em uma face; tipo dupla face, antibactérias; medindo aproximadamente 110 mm x 75 mm x 22 mm; com formato retangular	Unidade	240
12	Flanela branca 100% algodão, tamanho 40x60cm	Unidade	240
13	Frasco spray brilha inox, frasco com 400 ml, produto de limpeza e conservação destinado a superfícies de aço inoxidável, especialmente indicado para portas e cabines de elevadores em inox. Proporciona brilho imediato e forma película protetora contra manchas, poeira e marcas de dedos. O Produto deverá conter número do registro ou notificação da ANVISA e ser conforme norma NBR 7500.	Unidade	50
14	Limpa calçada (pedra) líquido, embalagens com 5 litros.	Unidade	12
15	Limpa-vidros frasco 500 ml	Unidade	120
16	Lustra móveis, embalagens com 200 ml	Unidade	24
17	Luva de borracha para limpeza amarela	Par	240
18	Multi-inseticida tipo spray extermina qualquer tipo de inseto, não contendo cfc, embalagem não inferior a 300ml. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Indicado para controle de mosquitos e (inclusive da dengue), moscas, baratas, formigas e aranhas, a base de água. o produto deverá ter registro no ministério da saúde.	Unidade	60
19	Pá para lixo com cabo	Unidade	12
20	Pano para limpeza de chão em algodão, tipo saco, alvejado, tamanho aproximado 76X78 centímetros	Unidade	240
21	Rodo de limpar vidro	Unidade	8
22	Rodo para limpeza de pisos e superfícies lisas, confeccionado em plástico, com lâmina flexível em PVC, comprimento da lâmina 60 cm, com cabo longo reforçado.	Unidade	72
23	Rodo para limpeza de pisos e superfícies lisas, confeccionado em plástico, com lâmina flexível em PVC, comprimento da lâmina 40 cm, com cabo longo reforçado	Unidade	72
24	Sabão neutro em barra, composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina, conservantes, corante e outras substâncias químicas permitidas, especificações PH 1%=11,5 máximo, alcalinidade livre: máximo 0,5% p/p, comum, embalado em saco plástico pacote de 5 unidades, pesando 200 gramas por pedaço, consistência firme. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde.	Pacote	120
25	Sabão em pó convencional, de primeira linha, caixa com 1 (um) quilograma, para limpeza em geral. Na embalagem deverá constar a data da fabricação, da validade, número do lote e registro na Anvisa/MS.	Unidade	60
26	Saco plástico (azul) p/ lixo de alta resistência de 100 litros, pacote com 100 unidades	Pacote	60
27	Saco plástico p/ lixo de alta resistência de 100 litros, pacote com 100 unidades	Pacote	96
28	Saco plástico p/ lixo de alta resistência de 40 litros, pacote com 100 unidades	Pacote	60



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

29	Vassoura metálica com cabo reforçado, rastelo para jardim com 22 dentes em aço regulável, com largura da cabeça de 42 cm.	Unidade	2
30	Vassoura de palha de 1ª qualidade	Unidade	60
31	Vassoura de pelo de 1ª qualidade	Unidade	72
32	Vassoura de piaçava de nylon	Unidade	24
33	Vassoura limpa teto de cabo duplo	Unidade	2

5.17 - Para a execução adequada, a Contratada deverá disponibilizar, no mínimo:

- 5.17.1 -** Aspirador de pó e água industrial (1200 W);
- 5.17.2 -** Aspirador de pó reto (1200 W);
- 5.17.3 -** Cabo telescópico de 8 m;
- 5.17.4 -** Carro multifuncional com baldes, cavalete, MOPs e placa sinalizadora;
- 5.17.5 -** Carros tipo gari (120L e 240L);
- 5.17.6 -** Lavadora de alta pressão;
- 5.17.7 -** Mangueira de borracha reforçada (3/4, 100 m);
- 5.17.8 -** Soprador profissional de jardinagem (1200 W, 250 Km/h).

6 - DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1 - O **Contrato** deverá ser executado fielmente pelas partes, em estrita conformidade com as cláusulas pactuadas e com as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo a cada parte a responsabilidade integral pelas consequências jurídicas e materiais decorrentes da inexecução total ou parcial de suas obrigações.

6.2 - No caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual por iniciativa da Administração, o cronograma correspondente às ordens de serviço afetadas será automaticamente prorrogado pelo período da paralisação, formalizado mediante apostilamento, nos termos do art. 124, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

6.3 - A execução contratual será acompanhada, supervisionada e tecnicamente controlada por agente público formalmente designado como gestor e/ou fiscal do **Contrato**, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e normas internas do Crea-GO.

6.4 - O fiscal do **Contrato** registrará em sistema próprio ou livro específico todas as ocorrências relevantes da execução, adotando providências corretivas imediatas e cientificando o gestor do **Contrato** sempre que a situação extrapolar sua esfera de competência.

6.5 - O gestor do **Contrato** poderá convocar representante da Contratada, sempre que necessário, para reuniões presenciais ou remotas destinadas à solução de intercorrências e adoção de providências urgentes, nos termos do §3º do art. 44 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 5/2017.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.6 - A Contratada deverá indicar representante (preposto), formalmente aceito pela Administração, com poderes para responder pela empresa durante toda a execução contratual e para atender às demandas da fiscalização, inclusive prestando esclarecimentos técnicos ou solucionando intercorrências.

6.6.1 - A indicação ou manutenção do preposto poderá ser recusada motivadamente pela Administração, devendo a Contratada designar novo representante no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**.

6.7 - A Contratada será responsável, às suas expensas, por toda e qualquer necessidade de correção, substituição, atualização ou reexecução do objeto, total ou parcialmente, sempre que forem constatados vícios, defeitos, inconformidades ou falhas de execução, ainda que verificados após o recebimento provisório, desde que dentro do prazo de garantia contratual.

6.8 - A Contratada responderá civil e objetivamente por todos os danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do **Contrato**, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021, não sendo excluída nem atenuada essa responsabilidade pelo acompanhamento ou pela fiscalização exercida pela Contratante.

6.9 - A Contratada será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do **Contrato**, conforme art. 121 da Lei nº 14.133/2021, não gerando qualquer vínculo jurídico entre a Contratante e os empregados da empresa ou de eventual subcontratada autorizada.

6.10 - A inadimplência da Contratada a encargos trabalhistas, tributários, previdenciários ou comerciais não transferirá à Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, tampouco implicará extensão contratual ou obrigação de pagamento complementar, em conformidade com a legislação.

6.11 - As comunicações formais entre Contratante e Contratada deverão ser realizadas preferencialmente por meio eletrônico com registro, admitindo-se expediente oficial físico quando a formalidade do ato assim exigir, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

6.12 - Após a assinatura do **Contrato**, a Contratante convocará o representante da Contratada para reunião inicial obrigatória, destinada à apresentação do plano de fiscalização, à definição dos critérios técnicos de aferição do objeto, ao estabelecimento do cronograma inicial e à explicitação das sanções contratuais aplicáveis em caso de descumprimento.

6.13 - Como condição prévia ao pagamento de cada nota fiscal ou fatura, a Administração verificará a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, exigindo-se, no mínimo, a apresentação dos seguintes documentos:

6.13.1 - Certidão Negativa de Débitos de Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.13.2 - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF-FGTS);

6.13.3 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.14 - A manutenção, durante toda a vigência contratual, das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como da qualificação jurídica e econômico-financeira exigidas no certame, será obrigatória e condição essencial para a continuidade do ajuste, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei, incluindo a rescisão contratual motivada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.15 - A documentação comprobatória da regularidade deverá ser entregue mensalmente até o **dia 20 (vinte)** do mês subsequente à prestação do serviço.

6.16 - Havendo dúvidas, omissões ou inconsistências na documentação apresentada, a Contratada será notificada formalmente e deverá reapresentá-la ou prestar os esclarecimentos necessários no prazo improrrogável de **2 (dois) dias úteis**, sob pena de glosa da fatura correspondente.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 - A medição dos serviços será mensal, com base no efetivo cumprimento das obrigações contratuais, considerando: (i) assiduidade e pontualidade dos profissionais; (ii) qualidade técnica dos serviços executados; (iii) fornecimento adequado de insumos; (iv) atendimento integral aos padrões exigidos no **Termo de Referência** e demais documentos do processo.

7.2 - A fiscalização da medição caberá ao agente designado como fiscal do **Contrato**, mediante: registros de frequência, relatórios circunstanciados, verificações in loco, registros fotográficos, evidências documentais e outros instrumentos previstos no plano de fiscalização.

7.3 - A Administração poderá adotar, conforme a criticidade do posto, histórico contratual ou sensibilidade da atividade, fiscalização documental, amostral ou presencial.

7.4 - O atesto da Nota Fiscal dependerá da verificação global do cumprimento contratual no período, não se limitando à presença dos empregados, mas abrangendo também qualidade, fornecimento de materiais e obediência às determinações da Contratante.

7.5 - Como condição prévia ao pagamento, a Contratada deverá apresentar: (i) Nota Fiscal discriminada, em conformidade com a proposta aceita; (ii) Relatório de execução dos serviços; (iii) Documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista, incluindo:

7.5.1 - Certidão Negativa de Débitos de Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

7.5.2 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.5.3 - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

7.6 - O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias corridos** após recebimento da Nota Fiscal atestada, mediante crédito em conta-corrente indicada pela Contratada. Considera-se como data de pagamento a emissão da ordem bancária.

7.7 - Em caso de erro, omissão ou irregularidade na documentação, o prazo de pagamento ficará suspenso, reiniciando-se somente após a reapresentação regular.

7.8 - Se houver cobrança indevida posteriormente identificada, o valor será glosado na fatura seguinte, assegurado o contraditório.

7.9 - É vedado pagamento antecipado, total ou parcial, por não se tratar de hipótese excepcional prevista no art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 - O pagamento estará condicionado à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme art. 147 da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.11 - Caso o pagamento não ocorra no prazo estipulado, desde que não haja culpa da Contratada, incidirão encargos moratórios limitados a **6%** (seis por cento) ao ano, calculados de forma simples, pela fórmula **EM = I × N × VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = 0,00016438;

N = número de dias de atraso;

VP = valor devido.

7.12 - A Contratante poderá reter, suspender ou glosar valores quando constatado descumprimento contratual, inadimplemento trabalhista, ausência de insumos, falta injustificada de empregados ou inexecução parcial dos serviços, devidamente registrados em relatório fiscal.

7.13 - Serão aplicadas retenções tributárias previstas na legislação, ressalvadas as hipóteses de empresas enquadradas no Simples Nacional, mediante comprovação, conforme Lei Complementar nº 123/2006.

7.14 - Nenhum pagamento será realizado enquanto houver: (i) pendência de regularização contratual; (ii) execução deficiente dos serviços; (iii) documentação fiscal em desconformidade; (iv) inadimplência da Contratada com suas obrigações legais.

7.15 - A Contratante não responderá por despesas não previstas no **Contrato** ou não autorizadas.

7.16 - O pagamento dos salários dos empregados da Contratada deverá ser feito exclusivamente por depósito bancário em conta individual, em instituições localizadas na região da prestação dos serviços.

7.17 - A Contratada é responsável pelo pagamento pontual dos salários e encargos, mesmo em caso de atraso no pagamento das faturas pelo Crea-GO.

7.18 - Constatado inadimplemento trabalhista ou previdenciário, a Administração poderá, sucessivamente: (i) efetuar diretamente os pagamentos aos empregados e recolhimentos devidos, deduzindo da fatura; (ii) depositar valores na Justiça do Trabalho, quando não possível pagamento direto; (iii) reter cautelarmente o valor de **1 (um) mês** de serviço, em caso de rescisão contratual, até a comprovação das verbas rescisórias.

7.19 - Poderá ser admitida compensação de jornada de trabalho dos empregados vinculados à execução do Contrato, desde que:

7.19.1 - Seja compatível com a natureza dos serviços;

7.19.2 - Decorra de diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho, inclusive em razão de recesso de final de ano, ou de necessidade eventual de caráter pessoal do trabalhador, nas hipóteses em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhador substituto;

7.19.3 - Esteja prevista em acordo ou convenção coletiva de trabalho ou, quando admitido pela legislação, em acordo individual escrito; e

7.19.4 - Não implique supressão de direitos, redução indevida da remuneração ou extrapolação dos limites legais de jornada, sendo vedada a utilização da compensação como mecanismo de afronta às normas de saúde e segurança do trabalho, em conformidade com o Decreto nº 12.174/2024 e com a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81/2024.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO para o exercício de **2026**: 6.2.2.1.1.01.04.09.008 – Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem.

8.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - Este **Termo de Referência** foi elaborado pela **Área de Serviços Gerais**, na pessoa do servidor **Alessandro da Silva Marques** a seguir identificado, em conformidade com a legislação específica e com a necessidade da Administração, e **aprovado** pela autoridade competente, **Engenheiro Lamartine Moreira Junior**, conforme disposto nos autos do processo e na Lei nº 14.133/2021.

9.2 - Fazem parte e integram este **Termo de Referência**, para todos os fins e efeitos, os Anexos a este.

Goiânia, 6 de fevereiro de 2026.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO II - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

DECLARO, para os devidos fins, em atendimento ao **Edital do Pregão Eletrônico n.º 90001/2026**, que eu, _____ (nome completo do responsável técnico ou representante da empresa), _____ (profissão), CPF n.º _____, na qualidade de responsável técnico e/ou representante legal da empresa _____ (razão social), CNPJ n.º _____, com sede à _____, _____ (endereço completo conforme Contrato social ou estatuto),

REALIZEI VISTORIA TÉCNICA PRESENCIAL nas dependências da sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, na Rua 239, nº 561, Setor Universitário, Goiânia-GO, acompanhado(a) por servidor(es) da Administração quando disponível(is).

Declaro, ainda, que obtive todas as informações necessárias à formulação da proposta, estando ciente das condições locais e técnicas para execução do objeto, sem prejuízo de posteriores levantamentos detalhados. Comprometo-me a executar os serviços nos moldes do **Edital, Termo de Referência** e anexos, consideradas as condições verificadas nesta vistoria.

_____ (Cidade), aos _____ dias do mês de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)
(CPF n.º: _____)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO III - MODELO DE DISPENSA DE VISTORIA

DECLARO, para os devidos fins, em atendimento ao **Edital do Pregão Eletrônico n.º 90001/2026**, que eu, _____ (nome completo do responsável técnico ou representante da empresa), _____ (profissão), CPF n.º _____, na qualidade de responsável técnico e/ou representante legal da empresa _____ (razão social), CNPJ n.º _____, com sede à _____ (endereço completo conforme Contrato social ou estatuto),

OPTEI pela não realização da vistoria-prévia e **DECLARO**, para fins de elaboração da proposta comercial, que tenho pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, com base nas informações, documentos e elementos técnicos disponibilizados no processo.

Assumo integral responsabilidade pela decisão de não realizar a vistoria presencial recomendada, ciente de que essa opção não poderá ser utilizada para fundamentar questionamentos ou pleitos futuros de ordem técnica ou financeira perante a Contratante, e comprometo-me a executar o objeto nos exatos termos do **Edital, Termo de Referência**, e demais anexos.

_____(Cidade), aos _____ dias do mês de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)
(CPF n.º: _____)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO IV - VALORES DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2026

Este documento apresenta valores de referência adotados, apurados a partir de pesquisa de preços realizada no âmbito do processo administrativo, mediante consulta a contratações similares, bases de dados oficiais e demais fontes idôneas de mercado, em conformidade com a legislação aplicável e normas complementares. Os salários, benefícios e componentes de custos de mão de obra utilizados nas planilhas de referência foram apurados com base no instrumento coletivo de trabalho vigente para a categoria profissional de asseio, conservação e serviços correlatos na base territorial de Goiânia/GO, notadamente o **Acordo/Convenção Coletiva nº GO001031/2025**, com data-base em **01/01/2026**, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024.

Tais valores têm por finalidade subsidiar a definição do valor estimado da contratação, a análise de vantajosidade das propostas e o julgamento objetivo, não constituindo, em nenhuma hipótese, tabela de preços obrigatória ou limite mínimo ou máximo para a formulação das propostas comerciais pelos licitantes, os quais deverão observar, para compor de seus preços, as condições estabelecidas no **Termo de Referência**, no **Edital** e na legislação.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS AUXILIAR DE LIMPEZA		
A	A planilha foi elaborada com base no salário Oficial vigente da categoria em Janeiro de 2026, para Auxiliar de Limpeza de 40 horas semanais, Diurno.	
B	Salário normativo da categoria profissional (Acordo Coletivo vigente: GO001031/2025)	1.711,00
C	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/26

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da remuneração		%	Valor (R\$)
A	Salário base (44 horas semanais)	-		R\$ 1.711,00
B	Adicional de periculosidade	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
C	Adicional de insalubridade	SIM	20,00%	R\$ 324,20
D	Adicional noturno	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
E	Hora noturna adicional	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
F	Adicional de hora extra	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
G	Intervalo intrajornada	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
H	Outros (especificar)	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			20,00%	R\$ 2.035,20

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS, INSUMOS E ENCARGOS				
2.1	Benefícios Mensais e Diários	Quant.	Valor Unit.	Valor (R\$)
A	Transporte	42	4,30	R\$ 180,60
A1	Desconto legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)	6%	-	-R\$ 102,66
B	Auxílio alimentação (vales, cesta básica)	22	26,00	R\$ 572,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

B1	Desconto legal sobre alimentação (máximo 11% do sobre valor total do auxílio)	11,0%	-	-R\$ 62,92
F	Seguro de vida, invalidez e funeral	1	4,00	R\$ 4,00
G	Benefício Amparo Familiar	1	16,70	R\$ 16,70
H	Uniformes (Vr. Anual/12 – uma muda por semestre)	2	38,30	R\$ 76,60
I	EPI	2	11,67	R\$ 23,33
J	Outros (cursos, reciclagem e treinamentos)			R\$ 0,00
TOTAL				R\$ 707,65

Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições:

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS-Seguridade Social	20,00%	R\$ 407,04
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 30,53
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 20,35
D	INCRA	0,20%	R\$ 4,07
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 50,88
F	FGTS	8,00%	R\$ 162,82
G	Seguro Acidente do Trabalho – RAT x FAP	3,00%	R\$ 61,06
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 12,21
TOTAL		36,80%	R\$ 748,95

Submódulo 2.3 – 13º Salário e Adicional de Férias

2.3	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 169,59
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 56,58
TOTAL		11,11%	R\$ 226,17

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

3.1	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 8,55
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,69
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (API)	3,44%	R\$ 70,01
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 39,48
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 14,45
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (APT)	0,06%	R\$ 1,22
TOTAL		6,60%	R\$ 134,40



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
3.4	Substituto nas ausências legais		%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias		8,33%	R\$ 169,53
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais		0,28%	R\$ 5,70
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade		0,02%	R\$ 0,41
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho		0,04%	R\$ 0,81
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade		0,05%	R\$ 1,02
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)		0,00%	R\$ 0,00
G	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação			
TOTAL			8,72%	R\$ 177,47
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS			63,237%	R\$ 1.286,99
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS				R\$ 3.322,19
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + BENEFÍCIOS E INSUMOS (R\$)				R\$ 4.029,85
MÓDULO 4 - LDI, TRIBUTAÇÃO E VALOR MENSAL				
4.1	LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI)		%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		5,00%	R\$ 201,49
B	Lucro		10,00%	R\$ 402,98
TOTAL - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS			15,00%	R\$ 604,47
4.2	TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO		%	Valor (R\$)
A	ISS (% de acordo com localidades/Goiânia)		5,00%	R\$ 270,22
B	COFINS		7,60%	R\$ 410,74
C	PIS		1,65%	R\$ 89,17
TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO			14,25%	R\$ 770,13
VALOR MENSAL PARA 1 (UM) EMPREGADO (R\$)				R\$ 5.404,45
MÓDULO 5 - POSTOS DE TRABALHO E VALOR				
5.1	POSTOS DE TRABALHO	Quant.	UNIT.	TOTAL
5.2	Sede/Casa de Engenharia/Estacionamento	7	R\$ 5.404,45	R\$ 37.831,13
5.3	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)			R\$ 37.831,13
5.4	VALOR ANUAL TOTAL (R\$)			R\$ 453.973,54



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6 - UNIFORME - AUXILIAR DE LIMPEZA					
6	Descrição	Unidade	Quant. para um ano	Valor total (R\$)	
				Unitário	Total
A	Calça (2 peças por ano): Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.	Unidade	4	69,90	279,60
B	Camisa (2 peças por ano): Tecido de malha fina, cor predominante da Contratada, com logomarca da empresa de forma visível.	Unidade	4	45,00	180,00
C	Calçado (2 pares por ano): Sapato tipo tênis preto em couro, fechado, hidrofugado, solado baixo de Poliuretano bi densidade - Flexível, com palmilha removível antibacteriana.	Unidade	2	70,00	140,00
				Total R\$	599,60

6.1 - Cálculo para Obtenção do Valor Mensal - Uniforme

6.1	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
A	Calça: Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.	279,60	23,30
B	Camisa: Tecido de malha fina, cor predominante da Contratada, com logomarca da empresa de forma visível.	180,00	15,00
LANÇADO NO MÓDULO 2 - INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS H-Uniformes (Vr. Anual/12 - duas mudas por semestre)			38,30

6.2 - Cálculo para Obtenção do Valor Mensal - EPI

6.2	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
A	Calçado: Sapato tipo tênis preto em couro, fechado, hidrofugado, solado baixo de Poliuretano bi densidade - Flexível, com palmilha removível antibacteriana.	140,00	11,67
LANÇADO NO MÓDULO 2 - INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS I - EPI			11,67

*O cálculo referente a uniformes e EPI trata-se de demonstração (memória de calculo), sendo inserido nas planilhas de formação de custo.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COPEIRA		
A	A planilha foi elaborada com base no salário Oficial vigente da categoria em Janeiro de 2026, para copeira com carga de 40 horas semanais, Diurno.	
B	Salário normativo da categoria profissional (Acordo Coletivo vigente: GO001031/2025)	1.711,00
C	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/26

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário base (44 horas semanais)	-	R\$ 1.711,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

B	Adicional de periculosidade	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
C	Adicional de insalubridade	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
D	Adicional noturno	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
E	Hora noturna adicional	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
F	Adicional de hora extra	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
G	Intervalo intrajornada	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
H	Outros (especificar)	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			0,00%	R\$ 1.711,00
MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS, INSUMOS E ENCARGOS				
2.1	Benefícios Mensais e Diários	Quant.	Valor Unit.	Valor (R\$)
A	Transporte	42	4,30	R\$ 180,60
A1	Desconto legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)	6%	-	-R\$ 102,66
B	Auxílio alimentação (vales, cesta básica)	22	26,00	R\$ 572,00
B1	Desconto legal sobre alimentação (máximo 11% do sobre valor total do auxílio)	11,0%	-	-R\$ 62,92
F	Seguro de vida, invalidez e funeral	1	4,00	R\$ 4,00
G	Benefício Amparo Familiar	1	16,70	R\$ 16,70
H	Uniformes (Vr. Anual/12 – uma muda por semestre)	2	53,33	R\$ 106,67
I	EPI	2	11,67	R\$ 23,33
J	Outros (cursos, reciclagem e treinamentos)			R\$ 0,00
TOTAL				R\$ 737,72
Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições:				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS-Seguridade Social		20,00%	R\$ 342,20
B	SESI ou SESC		1,50%	R\$ 25,67
C	SENAI ou SENAC		1,00%	R\$ 17,11
D	INCRA		0,20%	R\$ 3,42
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO		2,50%	R\$ 42,78
F	FGTS		8,00%	R\$ 136,88
G	Seguro Acidente do Trabalho – RAT x FAP		3,00%	R\$ 51,33
H	SEBRAE		0,60%	R\$ 10,27
TOTAL			36,80%	R\$ 629,65
Submódulo 2.3 – 13º Salário e Adicional de Férias				
2.3	13º Salário e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13º Salário		8,33%	R\$ 142,58



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 47,57
TOTAL		11,11%	R\$ 190,15
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3.1	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 7,19
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,58
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	R\$ 58,86
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 33,19
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 12,15
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	R\$ 1,03
TOTAL		6,60%	R\$ 113,00
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
3.4	Substituto nas ausências legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	8,33%	R\$ 142,53
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	0,28%	R\$ 4,79
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,34
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,04%	R\$ 0,68
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,05%	R\$ 0,86
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00
G	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		
TOTAL		8,72%	R\$ 149,20
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		63,237%	R\$ 1.082,00
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS			R\$ 2.793,00
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + BENEFÍCIOS E INSUMOS (R\$)			R\$ 3.530,72
MÓDULO 4 - LDI, TRIBUTAÇÃO E VALOR MENSAL			
4.1	LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI)	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 176,54
B	Lucro	10,00%	R\$ 353,07
TOTAL - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS		15,00%	R\$ 529,61
4.2	TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	%	Valor (R\$)
A	ISS (% de acordo com a localidade/Goiânia)	5,00%	R\$ 236,75
B	COFINS	7,60%	R\$ 359,87
C	PIS	1,65%	R\$ 78,13



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO			14,25%	R\$ 674,75
VALOR MENSAL PARA 1 (UM) EMPREGADO (R\$)				R\$ 4.735,08
MÓDULO 5 - POSTOS DE TRABALHO E VALOR				
5.1	POSTOS DE TRABALHO	Quant.	UNIT.	TOTAL
5.2	Sede/Casa de Engenharia	2	R\$ 4.735,08	R\$ 9.470,16
5.3	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)			R\$ 9.470,16
5.4	VALOR ANUAL TOTAL (R\$)			R\$ 113.641,87

6 - UNIFORME - COPEIRA					
6	Descrição	Unidade	Quant. para um ano	Valor total (R\$)	
				Unitário	Total
A	Calça (2 peças por ano): Tecido Oxford, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.	Unidade	4	90,00	360,00
B	Camisa (2 peças por ano): Tecido de malha fina, 100% algodão, cor predominante da Contratada, com logomarca visível.	Unidade	4	70,00	280,00
C	Calçado (2 pares por ano): Sapato tipo tênis preto em couro, hidrofugado, solado baixo PU bi densidade, palmilha antibacteriana.	Unidade	2	70,00	140,00
Total R\$				780,00	

6.1 - Cálculo para Obtenção do Valor Mensal - Uniforme			
6.1	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
A	Calça: Tecido Oxford, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.	360,00	30,00
B	Camisa: Tecido de malha fina, 100% algodão, cor predominante da Contratada, com logomarca visível.	280,00	23,33
LANÇADO NO MÓDULO 2 - INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS H-Uniformes (Vr. Anual/12 - duas mudas por semestre)			53,33

6.2 - Cálculo para Obtenção do Valor Mensal - EPI			
6.2	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
C	Calçado: Sapato tipo tênis preto em couro, hidrofugado, solado baixo PU bi densidade, palmilha antibacteriana.	140,00	11,67
LANÇADO NO MÓDULO 2 - INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS I - EPI			11,67

*O cálculo referente a uniformes e EPI trata-se de demonstração (memória de cálculo), sendo inserido nas planilhas de formação de custo.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		
A	A planilha foi elaborada com base no salário Oficial vigente da categoria em Janeiro de 2026, para Auxiliar de Serviços Gerais de 40 horas semanais, Diurno.	
B	Salário normativo da categoria profissional (Acordo Coletivo vigente: GO001031/2025)	1.711,00
C	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/26

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da remuneração		%	Valor (R\$)
A	Salário base (44 horas semanais)	-		R\$ 1.711,00
B	Adicional de periculosidade	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
C	Adicional de insalubridade	SIM	20,00%	R\$ 324,20
D	Adicional noturno	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
E	Hora noturna adicional	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
F	Adicional de hora extra	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
G	Intervalo intrajornada	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
H	Outros (especificar)	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			20,00%	R\$ 2.035,20

MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS, INSUMOS E ENCARGOS				
2.1	Benefícios Mensais e Diários	Quant.	Valor Unit.	Valor (R\$)
A	Transporte	42	4,30	R\$ 180,60
A1	Desconto legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)	6%	-	-R\$ 102,66
B	Auxílio-alimentação (vales, cesta básica)	22	26,00	R\$ 572,00
B1	Desconto legal sobre alimentação (máximo 11% do sobre valor total do auxílio)	11,0%	-	-R\$ 62,92
F	Seguro de vida, invalidez e funeral	1	4,00	R\$ 4,00
G	Benefício Amparo Familiar	1	16,70	R\$ 16,70
H	Uniformes (Vr. Anual/12 – uma muda por semestre)	2	38,30	R\$ 76,60
I	EPI	2	12,50	R\$ 25,00
J	Outros (cursos, reciclagem e treinamentos)			R\$ 0,00
TOTAL				R\$ 709,32

Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições:

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS-Seguridade Social	20,00%	R\$ 407,04
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 30,53
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 20,35
D	INCRA	0,20%	R\$ 4,07



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 50,88
F	FGTS	8,00%	R\$ 162,82
G	Seguro Acidente do Trabalho – RAT x FAP	3,00%	R\$ 61,06
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 12,21
TOTAL		36,80%	R\$ 748,95
Submódulo 2.3 – 13º Salário e Adicional de Férias			
2.3	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 169,59
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 56,58
TOTAL		11,11%	R\$ 226,17
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3.1	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 8,55
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,69
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	R\$ 70,01
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 39,48
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	R\$ 14,45
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	R\$ 1,22
TOTAL		6,60%	R\$ 134,40
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
3.4	Substituto nas ausências legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	8,33%	R\$ 169,53
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	0,28%	R\$ 5,70
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	R\$ 0,41
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,04%	R\$ 0,81
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,05%	R\$ 1,02
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00
G	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		
TOTAL		8,72%	R\$ 177,47
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		63,237%	R\$ 1.286,99
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS			R\$ 3.322,19
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + BENEFÍCIOS E INSUMOS (R\$)			R\$ 4.031,51



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

MÓDULO 4 - LDI, TRIBUTAÇÃO E VALOR MENSAL				
4.1	LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI)		%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		5,00%	R\$ 201,58
B	Lucro		10,00%	R\$ 403,15
TOTAL - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS			15,00%	R\$ 604,73
4.2	TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO		%	Valor (R\$)
A	ISS		5,00%	R\$ 270,33
B	COFINS		7,60%	R\$ 410,91
C	PIS		1,65%	R\$ 89,21
TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO			14,25%	R\$ 770,45
VALOR MENSAL PARA 1 (UM) EMPREGADO (R\$)				R\$ 5.406,69
MÓDULO 5 - POSTOS DE TRABALHO E VALOR				
5.1	POSTOS DE TRABALHO	Quant.	UNIT.	TOTAL
5.2	Sede/Casa de Engenharia/estacionamento	1	R\$ 5.406,69	R\$ 5.406,69
5.3	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)			R\$ 5.406,69
5.4	VALOR ANUAL TOTAL (R\$)			R\$ 64.880,32

6 - UNIFORME - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS					
6	Descrição	Unidade	Quant. para um ano	Valor total (R\$)	
				Unitário	Total
A	Calça: Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.	Unidade	4	69,90	279,60
B	Camisa: Tecido de malha fina, cor predominante da Contratada, com logomarca visível.	Unidade	4	45,00	180,00
C	Calçado: Botina de Elástico PU Monodensidade, com bico de segurança, couro, solado PU injetado, palmilha antibactéria.	Unidade	2	75,00	150,00
				Total R\$	609,60

6.1 - Cálculo para Obtenção do Valor Mensal - Uniforme			
6.1	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
A	Calça: Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.	279,60	23,30
B	Camisa: Tecido de malha fina, cor predominante da Contratada, com logomarca visível.	180,00	15,00
LANÇADO NO MÓDULO 2 - INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS H-Uniformes (Vr. Anual/12 - duas mudas por semestre)			38,30



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.2 – Cálculo para Obtenção do Valor Mensal – EPI			
6.2	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
C	Calçado: Botina de Elástico PU Monodensidade, com bico de segurança, couro, solado PU injetado, palmilha antibactéria.	150,00	12,50
LANÇADO NO MÓDULO 2 – INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS I – EPI			12,50

*O cálculo referente a uniformes e EPI trata-se de demonstração (memória de cálculo), sendo inserido nas planilhas de formação de custo.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL			
A	A planilha foi elaborada com base no salário Oficial vigente da categoria em Janeiro de 2025, para Auxiliar de Manutenção Predial de 40 horas semanais, Diurno.		
B	Salário normativo da categoria profissional (Acordo Coletivo vigente: GO001031/2025)		3.450,50
C	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/01/26

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da remuneração		%	Valor (R\$)
A	Salário base (44 horas semanais)	-		R\$ 3.450,50
B	Adicional de periculosidade	SIM	30,00%	R\$ 1.035,15
C	Adicional de insalubridade	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
D	Adicional noturno	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
E	Hora noturna adicional	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
F	Adicional de hora extra	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
G	Intervalo intrajornada	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
H	Outros (especificar)	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			30,00%	R\$ 4.485,65

MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS, INSUMOS E ENCARGOS				
2.1	Benefícios Mensais e Diários	Quant.	Valor Unit.	Valor (R\$)
A	Transporte	42	4,30	R\$ 180,60
A1	Desconto legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)	6%	-	-R\$ 207,03
B	Auxílio alimentação (vales, cesta básica)	22	26,00	R\$ 572,00
B1	Desconto legal sobre alimentação (máximo 11% do sobre valor total do auxílio)	11,0%	-	-R\$ 62,92
F	Seguro de vida, invalidez e funeral	1	4,00	R\$ 4,00
G	Benefício Amparo Familiar	1	16,70	R\$ 16,70
H	Uniformes (Vr. Anual/12 – uma muda por semestre)	2	29,19	R\$ 58,38





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

I	EPI	2	61,42	R\$ 122,84
J	Outros (cursos, reciclagem e treinamentos)			R\$ 0,00
TOTAL				R\$ 684,57
Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições:				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS-Seguridade Social		20,00%	R\$ 897,13
B	SESI ou SESC		1,50%	R\$ 67,28
C	SENAI ou SENAC		1,00%	R\$ 44,86
D	INCRA		0,20%	R\$ 8,97
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO		2,50%	R\$ 112,14
F	FGTS		8,00%	R\$ 358,85
G	Seguro Acidente do Trabalho – RAT x FAP		3,00%	R\$ 134,57
H	SEBRAE		0,60%	R\$ 26,91
TOTAL			36,80%	R\$ 1.650,72
Submódulo 2.3 – 13º Salário e Adicional de Férias				
2.3	13º Salário e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13º Salário		8,33%	R\$ 373,79
B	Adicional de Férias		2,78%	R\$ 124,70
TOTAL			11,11%	R\$ 498,49
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3.1	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,42%	R\$ 18,84
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,03%	R\$ 1,53
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		3,44%	R\$ 154,31
D	Aviso Prévio Trabalhado		1,94%	R\$ 87,02
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,71%	R\$ 31,85
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,06%	R\$ 2,69
TOTAL			6,60%	R\$ 296,24
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
3.4	Substituto nas ausências legais		%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias		8,33%	R\$ 373,65
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais		0,28%	R\$ 12,56
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade		0,02%	R\$ 0,90
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho		0,04%	R\$ 1,79



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,05%	R\$ 2,24		
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)	0,00%	R\$ 0,00		
G	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação				
TOTAL		8,72%	R\$ 391,14		
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		63,237%	R\$ 2.836,59		
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS			R\$ 7.322,24		
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + BENEFÍCIOS E INSUMOS (R\$)			R\$ 8.006,81		
MÓDULO 4 - LDI, TRIBUTAÇÃO E VALOR MENSAL					
4.1	LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI)	%	Valor (R\$)		
A	Custos indiretos	5,00%	R\$ 400,34		
B	Lucro	10,00%	R\$ 800,68		
TOTAL - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS		15,00%	R\$ 1.201,02		
4.2	TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	%	Valor (R\$)		
A	ISS	5,00%	R\$ 536,90		
B	COFINS	7,60%	R\$ 816,09		
C	PIS	1,65%	R\$ 177,18		
TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO		14,25%	R\$ 1.530,17		
VALOR MENSAL PARA 1 (UM) EMPREGADO (R\$)			R\$ 10.738,00		
MÓDULO 5 - POSTOS DE TRABALHO E VALOR					
5.1	POSTOS DE TRABALHO	Quant.	UNIT.	TOTAL	
5.2	Sede/Casa de Engenharia/estacionamento	1	R\$ 10.738,00	R\$ 10.738,00	
5.3	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)			R\$ 10.738,00	
5.4	VALOR ANUAL TOTAL (R\$)			R\$ 128.856,03	
6 - UNIFORME - AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL					
6	Descrição	Unidade	Quant. para um ano	Valor total (R\$)	
				Unitário	Total
A	Calça: Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.	Unidade	4	31,29	125,16



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

B	Jaleco de Brim: cor predominante da Contratada, com logomarca visível.	Unidade	4	56,28	225,12
C	Luva de alta tensão, classe 1	Unidade	1	437,65	437,65
D	Luva de proteção corrente	Unidade	2	37,76	75,52
E	Óculos de proteção	Unidade	1	10,41	10,41
F	Calçado: Botina PU Monodensidade com isolante baixa tensão	Unidade	2	106,74	213,48
Total R\$					1.087,34

6.1 - Cálculo para Obtenção do Valor Mensal - Uniforme

6.1	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
A	Calça: Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.	125,16	10,43
B	Jaleco de Brim: cor predominante da Contratada, com logomarca visível.	225,12	18,76
LANÇADO NO MÓDULO 2 - INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS H-Uniformes (Vr. Anual/12 - duas mudas por semestre)			29,19

6.2 - Cálculo para Obtenção do Valor Mensal - EPI

6.2	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
C	Luva de alta tensão, classe 1	437,65	36,47
D	Luva de proteção corrente	75,52	6,29
E	Óculos de proteção	10,41	0,87
F	Calçado: Botina PU Monodensidade com isolante baixa tensão	213,48	17,79
LANÇADO NO MÓDULO 2 - INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS I - EPI			61,42

*O cálculo referente a uniformes e EPI trata-se de demonstração (memória de cálculo), sendo inserido nas planilhas de formação de custo. As luvas, consideradas como EPI, foram inseridas na lista de materiais.

MATERIAIS DE LIMPEZA					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual estimada	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
1	Água sanitária, base hipoclorito de sódio com teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5% p.p. Embalagem de 5 litros, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Galão	96	13,42	1.288,32



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

2	Álcool líquido 70%, etílico, para uso doméstico. Embalagem de 1 litro, c/ dados de identificação do produto, fabricante, data de fabricação, nº de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	360	5,64	2.030,40
3	Balde de 12 litros reforçado.	Unidade	24	11,06	265,44
4	Bom ar desodorizado de ambiente spray 360ml.	Unidade	360	8,65	3.114,00
5	Borrifador de água capacidade 500 ml.	Unidade	24	5,69	136,56
6	Desentupidor de vaso sanitário, com cabo longo de madeira plastificado.	Unidade	2	6,23	12,46
7	Desinfetante concentrado, fragrância eucalipto – composição: água, ingredientes ativos, tensoativo não iônico, óleo de eucalipto, cloreto de alquil, dimetil, benzil cítrico, com ação germicida e bactericida. Embalagem plástica com 5 litros, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Galão	84	21,29	1.788,36
8	Detergente/Limpador para Limpeza pesada para uso geral para diversos tipos de pisos como cozinhas, cerâmicas, porcelanatos, azulejos, banheiros, bancadas, lavatórios, louças sanitárias, embalagem com 5 litros.	Galão	12	20,33	243,96
9	Escova manual de lavar multiuso (estilo escova de lavar roupa).	Unidade	24	2,69	64,56
10	Escova sanitária com cabo.	Unidade	20	7,34	146,80
11	Espuma sintética para limpeza – com espuma de poliuretano, com abrasivo em uma face; tipo dupla face, antibactérias; medindo aproximadamente 110 mm x 75 mm x 22 mm; formato retangular.	Unidade	240	1,00	240,00
12	Flanela branca 100% algodão, tamanho 40x60cm.	Unidade	240	3,91	938,40
13	Frasco spray brilha inox, frasco com 400 ml, produto de limpeza e conservação destinado a superfícies de aço inoxidável, especialmente indicado para portas e cabines de elevadores em inox. Proporciona brilho imediato e forma película protetora contra manchas, poeira e marcas de dedos. Deverá conter nº do registro ou notificação da ANVISA e ser conforme norma NBR 7500.	Unidade	50	52,95	2.647,50
14	Limpa calçada (pedra) líquido, embalagens com 5 litros.	Unidade	12	25,63	307,56
15	Limpa-vidros frasco 500 ml.	Unidade	120	4,23	507,60
16	Lustra móveis, embalagens com 200 ml.	Unidade	24	6,74	161,76
17	Luva de borracha para limpeza amarela.	Par	240	5,77	1.384,80



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

18	Multi-inseticida tipo spray extermina qualquer tipo de inseto, não contendo cfc, embalagem não inferior a 300ml. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Indicado para controle de mosquitos e (inclusive da dengue), moscas, baratas, formigas e aranhas, a base de água. o produto deverá ter registro no ministério da saúde.	Unidade	60	15,39	923,40
19	Pá para lixo com cabo.	Unidade	12	10,48	125,76
20	Pano para limpeza de chão em algodão, tipo saco, alvejado, tamanho aproximado 76X78 centímetros.	Unidade	240	5,68	1.363,20
21	Rodo de limpar vidro.	Unidade	8	41,43	331,44
22	Rodo para limpeza de pisos e superfícies lisas, confeccionado em plástico, com lâmina flexível em PVC, comprimento da lâmina 60 cm, com cabo longo reforçado.	Unidade	72	15,17	1.092,24
23	Rodo para limpeza de pisos e superfícies lisas, confeccionado em plástico, com lâmina flexível em PVC, comprimento da lâmina 40 cm, com cabo longo reforçado.	Unidade	72	11,60	835,20
24	Sabão neutro em barra, composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina, conservantes, corante e outras substâncias químicas permitidas, especificações PH 1%=11,5 máximo, alcalinidade livre: máximo 0,5% p/p, comum, embalado em saco plástico pacote de 5 unidades, pesando 200 gramas por pedaço, consistência firme. Deverá ter registro no Ministério da Saúde.	Pacote	120	10,09	1.210,80
25	Sabão em pó convencional, de primeira linha, caixa com 1 (um) quilograma, para limpeza em geral. Na embalagem deverá constar a data da fabricação, da validade, nº do lote e registro na Anvisa/MS.	Unidade	60	10,68	640,80
26	Saco plástico (azul) p/ lixo de alta resistência de 100 litros, pacote com 100 unidades.	Pacote	60	45,16	2.709,60
27	Saco plástico p/ lixo de alta resistência de 100 litros, pacote com 100 unidades.	Pacote	96	41,82	4.014,72
28	Saco plástico p/ lixo de alta resistência de 40 litros, pacote com 100 unidades.	Pacote	60	20,59	1.235,40
29	Vassoura metálica com cabo reforçado, rastelo para jardim com 22 dentes em aço regulável, com largura da cabeça de 42 cm.	Unidade	2	35,00	70,00
30	Vassoura de palha de 1ª qualidade.	Unidade	60	18,19	1.091,40
31	Vassoura de pelo de 1ª qualidade.	Unidade	72	11,91	857,52
32	Vassoura de piaçava de nylon.	Unidade	24	15,90	381,60
33	Vassoura limpa teto de cabo duplo.	Unidade	2	16,92	33,84
Valor total dos materiais de limpeza:				32.195,40	

Tabela-resumo do Grupo único - Sede Crea-GO (Goiânia)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Serviços (com fornecimento incluído)	Itens	Postos de Trabalho	Jornada	Quant.	Unid.	Valor estimado (R\$)	
						Mensal	Anual
Serviços contínuos de limpeza e conservação das dependências, com rotinas diárias, semanais, quinzenais e mensais, serviços de copa (preparo e apoio a eventos) e apoio à manutenção predial (elétrica, hidráulica, carpintaria, rede lógica e fachadas).	1	Auxiliar de Limpeza	40 horas semanais	7	Un.	R\$ 37.831,13	R\$ 453.973,54
	2	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais	1	Un.	R\$ 5.406,69	R\$ 64.880,32
O fornecimento compreende uniformes padronizados, EPIs adequados por função, materiais de limpeza completos e equipamentos profissionais compatíveis com a natureza das atividades.	3	Copeira	40 horas semanais	2	Un.	R\$ 9.470,16	R\$ 113.641,87
	4	Auxiliar de Manutenção Predial	40 horas semanais	1	Un.	R\$ 10.738,00	R\$ 128.856,03
Valor total estimado (R\$):						63.445,98	761.351,77
+ Valor anual dos materiais de limpeza:							32.195,40
Valor total anual estimado do grupo único:							793.547,17

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2026

NOME/RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:			
MUNICÍPIO:		ESTADO:	
CNPJ:		TELEFONE:	
E-MAIL:			
REPRESENTANTE LEGAL:			
CARGO/FUNÇÃO:			

DISCRIMINAÇÃO

Apresentamos a Vossa Senhoria proposta que tem por objeto a prestação de serviços de limpeza, conservação, copeiragem e apoio à manutenção predial, com fornecimento integral de materiais, equipamentos e insumos, a serem executados nas dependências internas e externas da Sede do Crea-GO, localizada em Goiânia-GO, conforme as especificações técnicas do **Anexo I – Termo de Referência**, integrante deste **Edital**.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS AUXILIAR DE LIMPEZA		
A	A planilha foi elaborada com base no salário Oficial vigente da categoria em Janeiro de 2026, para Auxiliar de Limpeza de 40 horas semanais, Diurno.	
B	Salário normativo da categoria profissional (Acordo Coletivo vigente: GO001031/2025)	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

C	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/26
---	--------------------------------------	----------

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da remuneração		%	Valor (R\$)
A	Salário base (44 horas semanais)	-		
B	Adicional de periculosidade	NÃO	0,00%	
C	Adicional de insalubridade	SIM	20,00%	
D	Adicional noturno	NÃO	0,00%	
E	Hora noturna adicional	NÃO	0,00%	
F	Adicional de hora extra	NÃO	0,00%	
G	Intervalo intrajornada	NÃO	0,00%	
H	Outros (especificar)	NÃO	0,00%	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			20,00%	

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS, INSUMOS E ENCARGOS				
2.1	Benefícios Mensais e Diários	Quant.	Valor Unit.	Valor (R\$)
A	Transporte	42		
A1	Desconto legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)	6%		
B	Auxílio alimentação (vales, cesta básica)	22		
B1	Desconto legal sobre alimentação (máximo 11% do sobre valor total do auxílio)	11,0%		
F	Seguro de vida, invalidez e funeral	1		
G	Benefício Amparo Familiar	1		
H	Uniformes (Vr. Anual/12 - uma muda por semestre)	2		
I	EPI	2		
J	Outros (cursos, reciclagem e treinamentos)			
TOTAL				

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições:

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS-Seguridade Social	20,00%	
B	SESI ou SESC	1,50%	
C	SENAI ou SENAC	1,00%	
D	INCRA	0,20%	
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	
F	FGTS	8,00%	
G	Seguro Acidente do Trabalho - RAT x FAP	3,00%	
H	SEBRAE	0,60%	
TOTAL		36,80%	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Submódulo 2.3 – 13º Salário e Adicional de Férias			
2.3	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	
B	Adicional de Férias	2,78%	
TOTAL		11,11%	
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3.1	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (API)	3,44%	
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (APT)	0,06%	
TOTAL		6,60%	
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
3.4	Substituto nas ausências legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	8,33%	
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	0,28%	
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,04%	
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,05%	
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)	0,00%	
G	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		
TOTAL		8,72%	
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		63,237%	
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS			
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + BENEFÍCIOS E INSUMOS (R\$)			
MÓDULO 4 – LDI, TRIBUTAÇÃO E VALOR MENSAL			
4.1	LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI)	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	5,00%	
B	Lucro	10,00%	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

TOTAL - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS		15,00%	
4.2	TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	%	Valor (R\$)
A	ISS (% de acordo com localidades/Goiânia)	5,00%	
B	COFINS	7,60%	
C	PIS	1,65%	
TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO		14,25%	
VALOR MENSAL PARA 1 (UM) EMPREGADO (R\$)			
MÓDULO 5 - POSTOS DE TRABALHO E VALOR			
5.1	POSTOS DE TRABALHO	Quant.	UNIT. TOTAL
5.2	Sede/Casa de Engenharia/Estacionamento	7	
5.3	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)		
5.4	VALOR ANUAL TOTAL (R\$)		

6 - UNIFORME - AUXILIAR DE LIMPEZA					
6	Descrição	Unidade	Quant. para um ano	Valor total (R\$)	
				Unitário	Total
A	Calça (2 peças por ano): Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.	Unidade	4		
B	Camisa (2 peças por ano): Tecido de malha fina, cor predominante da Contratada, com logomarca da empresa de forma visível.	Unidade	4		
C	Calçado (2 pares por ano): Sapato tipo tênis preto em couro, fechado, hidrofugado, solado baixo de Poliuretano bi densidade - Flexível, com palmilha removível antibacteriana.	Unidade	2		
Total R\$					

6.1 - Cálculo para Obtenção do Valor Mensal - Uniforme

6.1	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
A	Calça: Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.		
B	Camisa: Tecido de malha fina, cor predominante da Contratada, com logomarca da empresa de forma visível.		
LANÇADO NO MÓDULO 2 - INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS H-Uniformes (Vr. Anual/12 - duas mudas por semestre)			

6.2 - Cálculo para Obtenção do Valor Mensal - EPI

6.2	Descrição	Valor total (R\$)
-----	-----------	-------------------



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

		Anual	Mensal
A	Calçado: Sapato tipo tênis preto em couro, fechado, hidrofugado, solado baixo de Poliuretano bi densidade – Flexível, com palmilha removível antibacteriana.		
LANÇADO NO MÓDULO 2 – INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS I – EPI			

*O cálculo referente a uniformes e EPI trata-se de demonstração (memória de cálculo), sendo inserido nas planilhas de formação de custo.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COPEIRA			
A	A planilha foi elaborada com base no salário Oficial vigente da categoria em Janeiro de 2026, para copeira com carga de 40 horas semanais, Diurno.		
B	Salário normativo da categoria profissional (Acordo Coletivo vigente: GO001031/2025)		
C	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/01/26

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da remuneração		%	Valor (R\$)
A	Salário base (44 horas semanais)	-		
B	Adicional de periculosidade	NÃO	0,00%	
C	Adicional de insalubridade	NÃO	0,00%	
D	Adicional noturno	NÃO	0,00%	
E	Hora noturna adicional	NÃO	0,00%	
F	Adicional de hora extra	NÃO	0,00%	
G	Intervalo intrajornada	NÃO	0,00%	
H	Outros (especificar)	NÃO	0,00%	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			0,00%	

MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS, INSUMOS E ENCARGOS				
2.1	Benefícios Mensais e Diários	Quant.	Valor Unit.	Valor (R\$)
A	Transporte	42		
A1	Desconto legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)	6%		
B	Auxílio alimentação (vales, cesta básica)	22		
B1	Desconto legal sobre alimentação (máximo 11% do sobre valor total do auxílio)	11,0%		
F	Seguro de vida, invalidez e funeral	1		
G	Benefício Amparo Familiar	1		
H	Uniformes (Vr. Anual/12 – uma muda por semestre)	2		
I	EPI	2		
J	Outros (cursos, reciclagem e treinamentos)			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

TOTAL			
Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições:			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS-Seguridade Social	20,00%	
B	SESI ou SESC	1,50%	
C	SENAI ou SENAC	1,00%	
D	INCRA	0,20%	
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	
F	FGTS	8,00%	
G	Seguro Acidente do Trabalho – RAT x FAP	3,00%	
H	SEBRAE	0,60%	
TOTAL		36,80%	
Submódulo 2.3 – 13º Salário e Adicional de Férias			
2.3	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	
B	Adicional de Férias	2,78%	
TOTAL		11,11%	
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3.1	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	
TOTAL		6,60%	
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
3.4	Substituto nas ausências legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	8,33%	
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	0,28%	
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,04%	
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,05%	
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)	0,00%	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

G	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		
TOTAL		8,72%	
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		63,237%	
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS			
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + BENEFÍCIOS E INSUMOS (R\$)			
MÓDULO 4 - LDI, TRIBUTAÇÃO E VALOR MENSAL			
4.1	LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI)	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	5,00%	
B	Lucro	10,00%	
TOTAL - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS		15,00%	
4.2	TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	%	Valor (R\$)
A	ISS (% de acordo com a localidade/Goiânia)	5,00%	
B	COFINS	7,60%	
C	PIS	1,65%	
TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO		14,25%	
VALOR MENSAL PARA 1 (UM) EMPREGADO (R\$)			
MÓDULO 5 - POSTOS DE TRABALHO E VALOR			
5.1	POSTOS DE TRABALHO	Quant.	UNIT. TOTAL
5.2	Sede/Casa de Engenharia	2	
5.3	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)		
5.4	VALOR ANUAL TOTAL (R\$)		

6 - UNIFORME - COPEIRA					
6	Descrição	Unidade	Quant. para um ano	Valor total (R\$)	
				Unitário	Total
A	Calça (2 peças por ano): Tecido Oxford, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.	Unidade	4		
B	Camisa (2 peças por ano): Tecido de malha fina, 100% algodão, cor predominante da Contratada, com logomarca visível.	Unidade	4		
C	Calçado (2 pares por ano): Sapato tipo tênis preto em couro, hidrofugado, solado baixo PU bi densidade, palmilha antibacteriana.	Unidade	2		
				Total R\$	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.1 - Cálculo para Obtenção do Valor Mensal - Uniforme			
6.1	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
A	Calça: Tecido Oxford, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.		
B	Camisa: Tecido de malha fina, 100% algodão, cor predominante da Contratada, com logomarca visível.		
LANÇADO NO MÓDULO 2 - INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS H-Uniformes (Vr. Anual/12 - duas mudas por semestre)			

6.2 - Cálculo para Obtenção do Valor Mensal - EPI			
6.2	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
C	Calçado: Sapato tipo tênis preto em couro, hidrofugado, solado baixo PU bi densidade, palmilha antibacteriana.		
LANÇADO NO MÓDULO 2 - INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS I - EPI			

*O cálculo referente a uniformes e EPI trata-se de demonstração (memória de cálculo), sendo inserido nas planilhas de formação de custo.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
A	A planilha foi elaborada com base no salário Oficial vigente da categoria em Janeiro de 2026, para Auxiliar de Serviços Gerais de 40 horas semanais, Diurno.		
B	Salário normativo da categoria profissional (Acordo Coletivo vigente: GO001031/2025)		
C	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/01/26

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da remuneração		%	Valor (R\$)
A	Salário base (44 horas semanais)	-		
B	Adicional de periculosidade	NÃO	0,00%	
C	Adicional de insalubridade	SIM	20,00%	
D	Adicional noturno	NÃO	0,00%	
E	Hora noturna adicional	NÃO	0,00%	
F	Adicional de hora extra	NÃO	0,00%	
G	Intervalo intrajornada	NÃO	0,00%	
H	Outros (especificar)	NÃO	0,00%	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			20,00%	
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS, INSUMOS E ENCARGOS				
2.1	Benefícios Mensais e Diários	Quant.	Valor Unit.	Valor (R\$)
A	Transporte	42		
A1	Desconto legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)	6%		
B	Auxílio alimentação (vales, cesta básica)	22		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

B1	Desconto legal sobre alimentação (máximo 11% do sobre valor total do auxílio)	11,0%		
F	Seguro de vida, invalidez e funeral	1		
G	Benefício Amparo Familiar	1		
H	Uniformes (Vr. Anual/12 – uma muda por semestre)	2		
I	EPI	2		
J	Outros (cursos, reciclagem e treinamentos)			
TOTAL				
Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições:				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS-Seguridade Social		20,00%	
B	SESI ou SESC		1,50%	
C	SENAI ou SENAC		1,00%	
D	INCRA		0,20%	
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO		2,50%	
F	FGTS		8,00%	
G	Seguro Acidente do Trabalho – RAT x FAP		3,00%	
H	SEBRAE		0,60%	
TOTAL			36,80%	
Submódulo 2.3 – 13º Salário e Adicional de Férias				
2.3	13º Salário e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13º Salário		8,33%	
B	Adicional de Férias		2,78%	
TOTAL			11,11%	
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3.1	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,42%	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,03%	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		3,44%	
D	Aviso Prévio Trabalhado		1,94%	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,71%	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		0,06%	
TOTAL			6,60%	
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

3.4	Substituto nas ausências legais		%	Valor (R\$)	
A	Substituto na Cobertura de Férias		8,33%		
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais		0,28%		
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade		0,02%		
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho		0,04%		
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade		0,05%		
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)		0,00%		
G	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação				
TOTAL			8,72%		
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS			63,237%		
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS					
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + BENEFÍCIOS E INSUMOS (R\$)					
MÓDULO 4 - LDI, TRIBUTAÇÃO E VALOR MENSAL					
4.1	LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI)		%	Valor (R\$)	
A	Custos indiretos		5,00%		
B	Lucro		10,00%		
TOTAL - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS			15,00%		
4.2	TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO		%	Valor (R\$)	
A	ISS		5,00%		
B	COFINS		7,60%		
C	PIS		1,65%		
TOTAL - TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO			14,25%		
VALOR MENSAL PARA 1 (UM) EMPREGADO (R\$)					
MÓDULO 5 - POSTOS DE TRABALHO E VALOR					
5.1	POSTOS DE TRABALHO	Quant.	UNIT.	TOTAL	
5.2	Sede/Casa de Engenharia/estacionamento	1			
5.3	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)				
5.4	VALOR ANUAL TOTAL (R\$)				
6 - UNIFORME - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS					
6	Descrição	Unidade	Quant. para um ano	Valor total (R\$)	
				Unitário	Total



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

A	Calça: Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.	Unidade	4		
B	Camisa: Tecido de malha fina, cor predominante da Contratada, com logomarca visível.	Unidade	4		
C	Calçado: Botina de Elástico PU Monodensidade, com bico de segurança, couro, solado PU injetado, palmilha antibactéria.	Unidade	2		
				Total R\$	

6.1 – Cálculo para Obtenção do Valor Mensal – Uniforme

6.1	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
A	Calça: Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.		
B	Camisa: Tecido de malha fina, cor predominante da Contratada, com logomarca visível.		
LANÇADO NO MÓDULO 2 – INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS H-Uniformes (Vr. Anual/12 – duas mudas por semestre)			

6.2 – Cálculo para Obtenção do Valor Mensal – EPI

6.2	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
C	Calçado: Botina de Elástico PU Monodensidade, com bico de segurança, couro, solado PU injetado, palmilha antibactéria.		
LANÇADO NO MÓDULO 2 – INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS I – EPI			

* O cálculo referente a uniformes e EPI trata-se de demonstração (memória de cálculo), sendo inserido nas planilhas de formação de custo.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL

A	A planilha foi elaborada com base no salário Oficial vigente da categoria em Janeiro de 2025, para Auxiliar de Manutenção Predial de 40 horas semanais, Diurno.		
B	Salário normativo da categoria profissional (Acordo Coletivo vigente: GO001031/2025)		
C	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/01/26

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da remuneração		%	Valor (R\$)
A	Salário base (44 horas semanais)	-		
B	Adicional de periculosidade	SIM	30,00%	
C	Adicional de insalubridade	NÃO	0,00%	
D	Adicional noturno	NÃO	0,00%	
E	Hora noturna adicional	NÃO	0,00%	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

F	Adicional de hora extra	NÃO	0,00%	
G	Intervalo intrajornada	NÃO	0,00%	
H	Outros (especificar)	NÃO	0,00%	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			30,00%	
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS, INSUMOS E ENCARGOS				
2.1	Benefícios Mensais e Diários	Quant.	Valor Unit.	Valor (R\$)
A	Transporte	42		
A1	Desconto legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)	6%		
B	Auxílio alimentação (vales, cesta básica)	22		
B1	Desconto legal sobre alimentação (máximo 11% do sobre valor total do auxílio)	11,0%		
F	Seguro de vida, invalidez e funeral	1		
G	Benefício Amparo Familiar	1		
H	Uniformes (Vr. Anual/12 - uma muda por semestre)	2		
I	EPI	2		
J	Outros (cursos, reciclagem e treinamentos)			
TOTAL				
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e outras contribuições:				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS-Seguridade Social		20,00%	
B	SESI ou SESC		1,50%	
C	SENAI ou SENAC		1,00%	
D	INCRA		0,20%	
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO		2,50%	
F	FGTS		8,00%	
G	Seguro Acidente do Trabalho - RAT x FAP		3,00%	
H	SEBRAE		0,60%	
TOTAL			36,80%	
Submódulo 2.3 - 13º Salário e Adicional de Férias				
2.3	13º Salário e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13º Salário		8,33%	
B	Adicional de Férias		2,78%	
TOTAL			11,11%	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3.1	Provisão para Rescisão		
		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	
TOTAL		6,60%	
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
3.4	Substituto nas ausências legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	8,33%	
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais	0,28%	
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho	0,04%	
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,05%	
F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)	0,00%	
G	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		
TOTAL		8,72%	
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		63,237%	
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS			
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + BENEFÍCIOS E INSUMOS (R\$)			
MÓDULO 4 - LDI, TRIBUTAÇÃO E VALOR MENSAL			
4.1	LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI)	%	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	5,00%	



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO**

B	Lucro	10,00%		
TOTAL – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS		15,00%		
4.2	TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	%	Valor (R\$)	
A	ISS	5,00%		
B	COFINS	7,60%		
C	PIS	1,65%		
TOTAL – TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO		14,25%		
VALOR MENSAL PARA 1 (UM) EMPREGADO (R\$)				
MÓDULO 5 – POSTOS DE TRABALHO E VALOR				
5.1	POSTOS DE TRABALHO	Quant.	UNIT.	TOTAL
5.2	Sede/Casa de Engenharia/estacionamento	1		
5.3	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)			
5.4	VALOR ANUAL TOTAL (R\$)			

6 – UNIFORME - AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL					
6	Descrição	Unidade	Quant. para um ano	Valor total (R\$)	
				Unitário	Total
A	Calça: Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.	Unidade	4		
B	Jaleco de Brim: cor predominante da Contratada, com logomarca visível.	Unidade	4		
C	Luva de alta tensão, classe 1	Unidade	1		
D	Luva de proteção corrente	Unidade	2		
E	Óculos de proteção	Unidade	1		
F	Calçado: Botina PU Monodensidade com isolante baixa tensão	Unidade	2		
Total R\$					1.087,34

6.1 – Cálculo para Obtenção do Valor Mensal – Uniforme			
6.1	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
A	Calça: Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro.		
B	Jaleco de Brim: cor predominante da Contratada, com logomarca visível.		
LANÇADO NO MÓDULO 2 – INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS H-Uniformes (Vr. Anual/12 – duas mudas por semestre)			29,19



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.2 – Cálculo para Obtenção do Valor Mensal – EPI			
6.2	Descrição	Valor total (R\$)	
		Anual	Mensal
C	Luva de alta tensão, classe 1		
D	Luva de proteção corrente		
E	Óculos de proteção		
F	Calçado: Botina PU Monodensidade com isolante baixa tensão		
LANÇADO NO MÓDULO 2 – INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS I – EPI			

*O cálculo referente a uniformes e EPI trata-se de demonstração (memória de cálculo), sendo inserido nas planilhas de formação de custo. As luvas, consideradas como EPI, foram inseridas na lista de materiais.

MATERIAIS DE LIMPEZA					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual estimada	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
1	Água sanitária, base hipoclorito de sódio com teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5% p.p. Embalagem de 5 litros, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Galão	96		
2	Álcool líquido 70%, etílico, para uso doméstico. Embalagem de 1 litro, c/ dados de identificação do produto, fabricante, data de fabricação, nº de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	360		
3	Balde de 12 litros reforçado.	Unidade	24		
4	Bom ar desodorizado de ambiente spray 360ml.	Unidade	360		
5	Borrifador de água capacidade 500 ml.	Unidade	24		
6	Desentupidor de vaso sanitário, com cabo longo de madeira plastificado.	Unidade	2		
7	Desinfetante concentrado, fragrância eucalipto – composição: água, ingredientes ativos, tensoativo não iônico, óleo de eucalipto, cloreto de alquil, dimetil, benzil cítrico, com ação germicida e bactericida. Embalagem plástica com 5 litros, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Galão	84		
8	Detergente/Limpador para Limpeza pesada para uso geral para diversos tipos de pisos como cozinhas, cerâmicas, porcelanatos, azulejos, banheiros, bancadas, lavatórios, louças sanitárias, embalagem com 5 litros.	Galão	12		
9	Escova manual de lavar multiúso (estilo escova de lavar roupa).	Unidade	24		
10	Escova sanitária com cabo.	Unidade	20		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11	Esponja sintética para limpeza – com espuma de poliuretano, com abrasivo em uma face; tipo dupla face, antibactérias; medindo aproximadamente 110 mm x 75 mm x 22 mm; formato retangular.	Unidade	240		
12	Flanela branca 100% algodão, tamanho 40x60cm.	Unidade	240		
13	Frasco spray brilha inox, frasco com 400 ml, produto de limpeza e conservação destinado a superfícies de aço inoxidável, especialmente indicado para portas e cabines de elevadores em inox. Proporciona brilho imediato e forma película protetora contra manchas, poeira e marcas de dedos. Deverá conter nº do registro ou notificação da ANVISA e ser conforme norma NBR 7500.	Unidade	50		
14	Limpa calçada (pedra) líquido, embalagens com 5 litros.	Unidade	12		
15	Limpa-vidros frasco 500 ml.	Unidade	120		
16	Lustra móveis, embalagens com 200 ml.	Unidade	24		
17	Luva de borracha para limpeza amarela.	Par	240		
18	Multi-inseticida tipo spray extermina qualquer tipo de inseto, não contendo cfc, embalagem não inferior a 300ml. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Indicado para controle de mosquitos e (inclusive da dengue), moscas, baratas, formigas e aranhas, a base de água. o produto deverá ter registro no ministério da saúde.	Unidade	60		
19	Pá para lixo com cabo.	Unidade	12		
20	Pano para limpeza de chão em algodão, tipo saco, alvejado, tamanho aproximado 76X78 centímetros.	Unidade	240		
21	Rodo de limpar vidro.	Unidade	8		
22	Rodo para limpeza de pisos e superfícies lisas, confeccionado em plástico, com lâmina flexível em PVC, comprimento da lâmina 60 cm, com cabo longo reforçado.	Unidade	72		
23	Rodo para limpeza de pisos e superfícies lisas, confeccionado em plástico, com lâmina flexível em PVC, comprimento da lâmina 40 cm, com cabo longo reforçado.	Unidade	72		
24	Sabão neutro em barra, composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina, conservantes, corante e outras substâncias químicas permitidas, especificações PH 1%=11,5 máximo, alcalinidade livre: máximo 0,5% p/p, comum, embalado em saco plástico pacote de 5 unidades, pesando 200 gramas por pedaço, consistência firme. Deverá ter registro no Ministério da Saúde.	Pacote	120		
25	Sabão em pó convencional, de primeira linha, caixa com 1 (um) quilograma, para limpeza em geral. Na embalagem deverá constar a data da fabricação, da validade, nº do lote e registro na Anvisa/MS.	Unidade	60		
26	Saco plástico (azul) p/ lixo de alta resistência de 100 litros, pacote com 100 unidades.	Pacote	60		
27	Saco plástico p/ lixo de alta resistência de 100 litros, pacote com 100 unidades.	Pacote	96		
28	Saco plástico p/ lixo de alta resistência de 40 litros, pacote com 100 unidades.	Pacote	60		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

29	Vassoura metálica com cabo reforçado, rastelo para jardim com 22 dentes em aço regulável, com largura da cabeça de 42 cm.	Unidade	2		
30	Vassoura de palha de 1ª qualidade.	Unidade	60		
31	Vassoura de pelo de 1ª qualidade.	Unidade	72		
32	Vassoura de piaçava de nylon.	Unidade	24		
33	Vassoura limpa teto de cabo duplo.	Unidade	2		
Valor total dos materiais de limpeza:					

Tabela-resumo do Grupo único - Sede Crea-GO (Goiânia)							
Serviços (com fornecimento incluído)	Itens	Postos de Trabalho	Jornada	Quant.	Unid.	Valor estimado (R\$)	
						Mensal	Anual
Serviços contínuos de limpeza e conservação das dependências, com rotinas diárias, semanais, quinzenais e mensais, serviços de copa (preparo e apoio a eventos) e apoio à manutenção predial (elétrica, hidráulica, carpintaria, rede lógica e fachadas). O fornecimento compreende uniformes padronizados, EPIs adequados por função, materiais de limpeza completos e equipamentos profissionais compatíveis com a natureza das atividades.	1	Auxiliar de Limpeza	40 horas semanais	7	Un.		
	2	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais	1	Un.		
	3	Copeira	40 horas semanais	2	Un.		
	4	Auxiliar de Manutenção Predial	40 horas semanais	1	Un.		
Valor total estimado (R\$):							
+ Valor anual dos materiais de limpeza:							
Valor total anual estimado do grupo único:							

Declaramos que os valores ofertados nesta proposta abrangem, de forma integral, definitiva e irrevogável, todos os custos, encargos, tributos, despesas administrativas e operacionais, lucro, transporte, embalagem, instalação (quando aplicável) e quaisquer outros insumos necessários à fiel execução do objeto contratado, conforme detalhado nos documentos que compõem o processo licitatório. Diante disso, assumimos o compromisso de não pleitear, em nenhuma hipótese, reequilíbrio de preços com base em omissões, erros de cálculo ou estimativas inadequadas constantes da presente proposta.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que inexistem fatos supervenientes que possam nos tornar inabilitados para participar do presente certame, comprometendo-nos a comunicar prontamente à Administração qualquer alteração superveniente que comprometa as condições ora declaradas. Reconhecemos e declaramos, por fim, que temos pleno conhecimento de todas as condições, exigências e cláusulas constantes do **Edital** e de seus Anexos, bem como da legislação aplicável à matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, e que os aceitamos de forma integral, irrevogável e sem quaisquer ressalvas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO**

**A proposta deve abranger a totalidade dos itens que compõem o grupo único, conforme o Edital.*

DADOS BANCÁRIOS

Banco: _____ N.º da agência: _____

Conta-Corrente Pessoa Jurídica: _____

VALIDADE DA PROPOSTA: (Observar conforme Edital)

<Cidade>, _____ de _____ de 2026.

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Carimbo CNPJ:

Assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ da empresa.

Quando não for sócio/diretor figurante dos estatutos sociais, apresentar respectiva procuração.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO VI – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2026

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE
SI O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DE GOIÁS – CREA-GO E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

1 - DAS PARTES

CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/66, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, estabelecido à Rua 239, n.º 561, Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP n.º 74.605-070, neste ato representado por seu Presidente, Engenheiro Lamartine Moreira Junior, brasileiro, casado, registro profissional no CREA n.º 7797/D-GO, CPF n.º XX3.195.7XX-XX, RG n.º 1967XXX – SSP-GO, residente e domiciliado nesta capital.

CONTRATADA: _____

2 - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente **Contrato** decorre do **Pregão Eletrônico n.º 90001/2026**, realizado em **16 de março de 2026**, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, tendo em vista o que consta no processo administrativo n.º **87966/2025**, parte integrante do presente **Contrato**, regendo-o, no que for omissivo.

3 - DO OBJETO

3.1 - O objeto do presente **Contrato** é a prestação de serviços de limpeza, conservação, copeiragem e apoio à manutenção predial, com fornecimento integral de materiais, equipamentos e insumos, a serem executados nas dependências internas e externas da sede administrativa do Crea-GO, do estacionamento e da Casa de Engenharia, todos localizados em Goiânia-GO, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no **Termo de Referência** e seus anexos.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Tabela-resumo do Grupo único - Sede Crea-GO (Goiânia)							
Serviços (com fornecimento incluído)	Itens	Postos de Trabalho	Jornada	Quant.	Unid.	Valor estimado (R\$)	
						Mensal	Anual
Serviços contínuos de limpeza e conservação das dependências, com rotinas diárias, semanais, quinzenais e mensais, serviços de copa (preparo e apoio a eventos) e apoio à manutenção predial (elétrica, hidráulica, carpintaria, rede lógica e fachadas). O fornecimento compreende uniformes padronizados, EPIs adequados por função, materiais de limpeza completos e equipamentos profissionais compatíveis com a natureza das atividades.	1	Auxiliar de Limpeza	40 horas semanais	7	Un.		
		Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais	1	Un.		
		Copeira	40 horas semanais	2	Un.		
		Auxiliar de Manutenção Predial	40 horas semanais	1	Un.		
	Valor total do anual do item 1:						
	2	Materiais de Limpeza	-	1	Ano	-	
Valor total do anual do item 2:							
Valor total anual do contrato (R\$):						R\$ 0,00	

3.2 - O valor total da contratação é de **R\$** (.....), conforme proposta vencedora adjudicada no PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90001/2026, observado o detalhamento constante da Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

3.3 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

3.3.1 - O **Termo de Referência**;

3.3.2 - Todo o teor do Processo Administrativo da Contratante de n.º 87966/2025;

3.3.3 - O **Edital** da Licitação;

3.3.4 - A Proposta da Contratada;

3.3.5 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

4 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1 - O prazo de vigência do **Contrato** será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de **10 (dez) anos**, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que observadas a vantajosidade da prorrogação e a existência de crédito orçamentário para sua continuidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5 - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

5.1 - A execução dos serviços será realizada de forma contínua, ininterrupta e com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo atividades de limpeza, conservação, copeiragem, apoio à manutenção predial e serviços auxiliares, mediante alocação fixa de profissionais em postos de trabalho, com jornada previamente definida para cada unidade.

5.2 - Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, com capacidade técnica e operacional para assegurar a execução simultânea e eficaz nas unidades físicas abrangidas pelo **grupo único**, quais sejam: (i) a sede administrativa do Crea-GO; (ii) o estacionamento; e (iii) a Casa de Engenharia, em Goiânia-GO, respeitadas as características físicas, operacionais e institucionais do Conselho.

5.3 - As atividades executadas englobarão rotinas operacionais classificadas por periodicidade (diária, semanal, quinzenal e mensal), de acordo com o tipo de serviço, ambiente atendido e parâmetros técnicos exigidos, sem prejuízo das demandas extraordinárias eventualmente solicitadas pela Administração.

5.4 - Os postos de trabalho foram dimensionados com base em estudo técnico de carga horária e na necessidade de cobertura integral das tarefas previstas, vedada a redução de efetivo sem autorização expressa da Contratante. A ausência de qualquer empregado deverá ser suprida de imediato por substituto devidamente habilitado, sem ônus adicional para a Administração.

5.5 - Antes do início da execução, a Contratada deverá apresentar plano de trabalho detalhado contendo a descrição das rotinas operacionais, o dimensionamento dos recursos humanos e materiais, a sistemática de controle de qualidade, a estrutura de supervisão e o cronograma técnico de execução.

5.6 - A execução deverá iniciar-se no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do **Contrato** e da emissão da ordem de início, prazo em que a Contratada deverá concluir a mobilização integral de pessoal, materiais e equipamentos.

5.7 - A Contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais de limpeza, utensílios, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), devidamente registrados nos órgãos competentes e compatíveis com a natureza da atividade, sendo vedado o uso de produtos nocivos ao meio ambiente, à saúde ou ao patrimônio da Contratante.

5.8 - A apresentação dos empregados deverá ser compatível com o ambiente institucional, exigindo-se uniforme padronizado, crachá de identificação e padrão mínimo de asseio, higiene e conduta, em conformidade com as especificações contratuais e com o **Termo de Referência**.

5.9 - A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas da ABNT aplicáveis, a legislação trabalhista, previdenciária, ambiental, de segurança e medicina do trabalho, bem como as determinações expedidas pela Contratante.

5.10 - Os serviços serão fiscalizados por agente designado, a quem caberá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a frequência dos empregados, a regularidade da execução e a conformidade dos insumos e equipamentos, sem prejuízo da atuação do gestor do **Contrato**.

5.11 - A transição entre empresa cessante e nova Contratada deverá ocorrer de forma gradual, estruturada e cooperativa, sem descontinuidade, assegurando continuidade do serviço público essencial.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5.12 - Os serviços deverão ser prestados de forma a garantir padrão contínuo de qualidade, respeitando os princípios da eficiência, economicidade, salubridade, acessibilidade e continuidade, cabendo à Contratada a plena responsabilidade pela adequada condução técnica e administrativa dos trabalhos.

5.13 - A Contratada deverá observar, para o **grupo único**, os locais, áreas (m²), jornadas e quantitativos de postos constantes da Cláusula 3 deste Contrato e do **Termo de Referência**.

5.14 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas na licitação, cuja comprovação poderá ser solicitada a qualquer tempo pela Contratante.

5.15 - Como condição prévia ao pagamento de cada nota fiscal ou fatura, a Contratada deverá comprovar a regularidade mediante apresentação, no mínimo, dos seguintes documentos atualizados:

5.15.1 - Certidão Negativa de Débitos de Créditos Tributários Federais e de Dívida Ativa da União (CND);

5.15.2 - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

5.15.3 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

5.15.4 - E, quando aplicável, certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal.

6 - DA CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES, SUBCONTRATAÇÃO E FUSÃO OU CISÃO

6.1 - É **vedada** à Contratada a **cessão ou transferência**, total ou parcial, a qualquer título, **dos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato**, salvo mediante autorização prévia e expressa da Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 - É igualmente **vedada a subcontratação total** do objeto contratual.

6.2.1 - A subcontratação parcial poderá ser admitida, desde que: (i) previamente autorizada, por escrito, pela Contratante; (ii) tecnicamente justificada; (iii) limitada a até 30% (trinta por cento) dos serviços auxiliares definidos como de apoio logístico ou operacional não relacionados à atividade-fim; (iv) formalizada mediante termo específico no processo, com identificação da empresa subcontratada, objeto da subcontratação, valor, e prazo.

6.2.2 - É expressamente vedada a subcontratação de atividades que envolvam alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, supervisão direta da Contratada ou execução de serviços essenciais ao objeto principal do **Contrato**, nos termos do §1º do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3 - A subcontratada deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições: (i) comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária; (ii) não ter sido declarada inidônea ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública; (iii) apresentar certidões negativas de débitos junto ao Crea-GO, quando exigível.

6.2.4 - A Contratada e eventual empresa subcontratada responderão solidariamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas decorrentes dos serviços subcontratados, nos termos do art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e do § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo a Administração Pública demandar qualquer uma delas, em conjunto ou separadamente, pelas obrigações inadimplidas. A Contratada permanecerá responsável perante a Contratante pela



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

execução integral do objeto, respondendo também por danos, prejuízos ou inadimplementos de natureza previdenciária, civil, comercial e tributária decorrentes da atuação da subcontratada.

6.3 - A ocorrência de cessão, transferência ou subcontratação em desacordo com as disposições desta cláusula ensejará a imediata rescisão contratual por inexecução parcial ou total, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

6.4 - A fusão, cisão, incorporação ou associação da Contratada com terceiros deverá ser formalmente comunicada à Contratante, que deliberará, de forma motivada, sobre a manutenção da contratação, observando-se, para tanto: (i) a observância pela nova pessoa jurídica a todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; (ii) a manutenção das cláusulas e condições estabelecidas no **Contrato** original; (iii) a inexistência de qualquer prejuízo à execução do objeto pactuado.

7 - DO PAGAMENTO

7.1 - O valor total da contratação, na forma da proposta vencedora adjudicada no PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90001/2026, é de **R\$** (.....), já incluídas todas despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, frete, seguros, taxa de administração, materiais, mão de obra e quaisquer outros encargos incidentes, não cabendo à Contratante qualquer pagamento adicional sob qualquer pretexto.

7.2 - A medição dos serviços será mensal, com base no efetivo cumprimento das obrigações contratuais, considerando: (i) assiduidade e pontualidade dos profissionais; (ii) qualidade técnica dos serviços executados; (iii) fornecimento adequado de insumos; (iv) atendimento integral aos padrões exigidos no **Termo de Referência** e demais documentos do processo.

7.3 - A fiscalização da medição caberá ao agente designado como fiscal do **Contrato**, mediante: registros de frequência, relatórios circunstanciados, verificações in loco, registros fotográficos, evidências documentais e outros instrumentos previstos no plano de fiscalização. A Administração poderá adotar, conforme a criticidade do posto, histórico contratual ou sensibilidade da atividade, fiscalização documental, amostral ou presencial.

7.4 - O atesto da Nota Fiscal dependerá da verificação global do cumprimento contratual no período, não se limitando à presença dos empregados, mas abrangendo também qualidade, fornecimento de materiais e obediência às determinações da Contratante.

7.5 - Como condição prévia ao pagamento, a Contratada deverá apresentar: (i) Nota Fiscal discriminada, em conformidade com a proposta aceita; (ii) Relatório de execução dos serviços; (iii) Documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista, incluindo:

7.5.1 - Certidão Negativa de Débitos de Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

7.5.2 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.5.3 - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.6 - O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias corridos** após recebimento da Nota Fiscal atestada, mediante crédito em conta-corrente indicada pela Contratada. Considera-se como data de pagamento a emissão da ordem bancária.

7.7 - Em caso de erro, omissão ou irregularidade na documentação, o prazo de pagamento ficará suspenso, reiniciando-se somente após reapresentação regular.

7.8 - Havendo qualquer inconsistência na nota fiscal/fatura ou irregularidade cadastral, a Contratada será formalmente notificada para corrigir a pendência no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração.

7.9 - Se houver cobrança indevida posteriormente identificada, o valor será glosado na fatura seguinte, assegurado o contraditório.

7.10 - É vedado pagamento antecipado, total ou parcial, por não se tratar de hipótese excepcional prevista no art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

7.11 - O pagamento estará condicionado à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação.

7.12 - Caso o pagamento não ocorra no prazo estipulado, desde que não haja culpa da Contratada, incidirão encargos moratórios limitados a 6% (seis por cento) ao ano, calculados de forma simples, pela fórmula **EM = I × N × VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = 0,00016438;

N = número de dias de atraso;

VP = valor devido.

7.13 - A Contratante poderá reter, suspender ou glosar valores quando constatado descumprimento contratual, inadimplemento trabalhista, ausência de insumos, falta injustificada de empregados ou inexecução parcial dos serviços, devidamente registrados em relatório fiscal.

7.14 - Serão aplicadas retenções tributárias previstas na legislação, ressalvadas as hipóteses de empresas enquadradas no Simples Nacional, mediante comprovação, conforme Lei Complementar nº 123/2006. A Contratada optante pelo Simples Nacional será isenta das retenções abrangidas por esse regime, desde que comprove tal condição mediante documento oficial válido e atualizado, previamente ao pagamento.

7.15 - Nenhum pagamento será realizado enquanto houver: (i) pendência de regularização contratual; (ii) execução deficiente dos serviços; (iii) documentação fiscal em desconformidade; (iv) inadimplência da Contratada com suas obrigações legais.

7.16 - A Contratante não responderá por despesas não previstas no **Contrato** ou não autorizadas.

7.17 - O pagamento dos salários dos empregados da Contratada deverá ser feito exclusivamente por depósito bancário em conta individual, em instituições localizadas na região da prestação dos serviços.

7.18 - A Contratada é responsável pelo pagamento pontual dos salários e encargos, mesmo em caso de atraso no pagamento das faturas pelo Crea-GO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.19 - Constatado inadimplemento trabalhista ou previdenciário, a Administração poderá, sucessivamente: (i) efetuar diretamente os pagamentos aos empregados e recolhimentos devidos, deduzindo da fatura; (ii) depositar valores na Justiça do Trabalho, quando não possível pagamento direto; (iii) reter cautelarmente o valor de **1 (um) mês** de serviço, em caso de rescisão contratual, até a comprovação das verbas rescisórias.

7.20 - Nos termos do art. 3º, inciso II, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, poderá ser admitida compensação de jornada de trabalho dos empregados vinculados à execução deste Contrato, desde que:

7.20.1 - Seja compatível com a natureza dos serviços;

7.20.2 - Decorra de:

- a) Diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho, inclusive em razão de recesso de final de ano, quando houver; ou
- b) Necessidade eventual de caráter pessoal do trabalhador, nas hipóteses em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhador substituto;

7.20.3 - Esteja prevista em acordo ou convenção coletiva de trabalho ou, quando admitido pela legislação, em acordo individual escrito; e

7.20.4 - Não implique supressão de direitos, redução indevida da remuneração ou extrapolação dos limites legais de jornada, sendo vedada a utilização da compensação como mecanismo de afronta às normas de saúde e segurança do trabalho.

7.21 - A nota fiscal/fatura deverá conter, no mínimo:

7.21.1 - Número do **Contrato**;

7.21.2 - Identificação da Contratante;

7.21.3 - Período de execução atestado;

7.21.4 - Valor líquido aferido; e

7.21.5 - Destaque de tributos sujeitos à retenção.

7.22 - Se constatada inconformidade entre os serviços executados e os termos do **Contrato**, os valores poderão ser redimensionados proporcionalmente, sendo autorizada a emissão de nota fiscal retificadora. Os prazos de liquidação e pagamento contar-se-ão a partir da nova apresentação.

8 - DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

8.1 - Considerando que o objeto contratual envolve a execução de serviços continuados com alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, os custos relativos a salários, encargos sociais, benefícios legais e convencionais poderão ser repactuados, mediante solicitação formal da Contratada, nos termos do art. 135, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, e da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022. A repactuação terá por fundamento a superveniência de novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa que produza efeitos econômicos sobre os custos da mão de obra.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.2 - A solicitação de repactuação deverá ser instruída com, no mínimo: (i) cópia do novo instrumento coletivo vigente; (ii) nova Planilha de Custos e Formação de Preços detalhada; (iii) memória de cálculo demonstrando o impacto contratual por item.

8.3 - A Contratante não estará vinculada, de forma automática, às disposições constantes de acordos, convenções ou sentenças normativas que extrapolem a legislação vigente, especialmente quando tratem de: (i) cláusulas de participação nos lucros e resultados; (ii) encargos não previstos em lei; (iii) obrigações específicas de natureza comercial, econômica ou tributária.

8.4 - Para fins de repactuação, serão considerados os instrumentos coletivos de trabalho firmados pela entidade sindical que, à época da solicitação, detenha legitimidade para representar a categoria profissional abrangida pelo objeto contratual, conforme a base territorial de execução. No caso específico deste **Contrato**, será considerada, enquanto vigente e aplicável, a Convenção Coletiva de Trabalho firmada pelo Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás – SEACONS, ou outro sindicato que venha a substituí-lo legalmente.

8.5 - A primeira repactuação poderá ser requerida após **12 (doze) meses** contados da data de início da eficácia econômica do instrumento coletivo vigente à época da proposta. As repactuações subsequentes observarão o interregno de **12 (doze) meses** a partir do último fato gerador que deu causa à alteração.

8.6 - A ausência de solicitação de repactuação até assinatura de termo aditivo de prorrogação do **Contrato** ou até a data de encerramento da vigência contratual implicará preclusão do direito.

8.7 - Os custos relacionados a materiais, equipamentos, insumos e demais itens que não envolvam mão de obra com dedicação exclusiva serão reajustados anualmente com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo IBGE, nos termos do inciso I do art. 135 da Lei nº 14.133/2021, observado prazo mínimo de **12 (doze) meses** contados da apresentação da proposta.

8.8 - O reajuste se dará mediante apostilamento.

8.9 - Caso o índice adotado venha a ser extinto, descontinuado ou considerado inaplicável, será utilizado o índice que vier a ser estabelecido pela legislação superveniente. Na ausência de definição normativa, as partes elegerão, por meio de termo aditivo, novo índice oficial compatível com a natureza do objeto.

8.10 - O cálculo do reajuste será feito pela fórmula $R = V (I - °) / °$, onde:

R = valor do reajuste;

V = valor contratual da parcela a ser reajustada;

° = índice do mês da proposta;

I = índice do mês do reajuste.

8.11 - Em caso de deflação apurada no índice, a Contratante poderá aplicar redução proporcional nos valores dos insumos, conforme nova planilha e mediante apostilamento contratual.

8.12 - A decisão sobre o pedido de repactuação deverá ser proferida pela Contratante no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contados da data da apresentação completa dos documentos exigidos.

8.13 - O prazo referido no item anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não atender às exigências documentais formuladas pela Contratante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.14 - Os efeitos financeiros das revisões de preços, sejam decorrentes de repactuação ou de reajuste por índice, limitar-se-ão exclusivamente aos itens atingidos pela variação e incidirão a partir da data do fato gerador, salvo ajuste diverso entre as partes, respeitada a legislação vigente.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Proporcionar condições e facilidades necessárias à perfeita execução dos serviços, assegurando à Contratada o livre acesso aos locais de trabalho, no período regular de expediente do Crea-GO, mediante identificação formal dos empregados e respeito às normas internas de segurança e conduta, vedado o acesso às áreas alheias à execução contratual sem autorização expressa da Administração.

9.2 - Designar formalmente um servidor público efetivo como fiscal do **Contrato**, com competência para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos dos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como registrar as ocorrências relevantes, adotar as providências cabíveis e manter comunicação permanente com o representante da Contratada.

9.3 - Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, com base nas cláusulas do **Contrato** e nos termos da proposta vencedora, comunicando por escrito quaisquer falhas, vícios ou irregularidades identificadas na execução dos serviços, fixando prazo razoável para sua correção.

9.4 - Prestar à Contratada, por intermédio de seus representantes, todas informações e esclarecimentos necessários ao perfeito desempenho das obrigações contratuais, inclusive convocando reuniões de alinhamento técnico e operacional, sempre que necessário.

9.5 - Atestar a nota fiscal ou documento de cobrança da Contratada no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados de seu recebimento, desde que constatada a regularidade da execução e o cumprimento integral das exigências contratuais, devolvendo-o, se for o caso, para correções devidamente fundamentadas.

9.6 - Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nos prazos e condições estabelecidos no **Contrato**, desde que satisfeitas todas as obrigações legais e contratuais, observado o cronograma financeiro e a disponibilidade orçamentária da Administração.

9.7 - Exigir, a qualquer tempo, a substituição de empregado ou preposto da Contratada cuja atuação seja considerada prejudicial ao interesse público, inconveniente à disciplina institucional ou tecnicamente inadequada para a execução contratual.

9.8 - Fiscalizar, sempre que julgar necessário, a manutenção das condições de habilitação e qualificação da Contratada, podendo requisitar, para fins de conferência, apresentação dos documentos originais exigidos no processo licitatório.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - Executar os serviços contratados em conformidade às especificações deste **Termo de Referência** e de sua proposta, com alocação de empregados capacitados em número suficiente para pleno atendimento ao objeto, assegurando a qualidade, a continuidade e a regularidade das atividades.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

10.2 - Assumir integral responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos legais decorrentes da execução contratual, inclusive despesas com salários, transporte, alimentação, férias, licenças, benefícios, equipamentos de proteção, uniformes e encargos sociais, sem qualquer vínculo empregatício com o Crea-GO, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

10.3 - Manter, durante toda a vigência do **Contrato**, quantitativo de pessoal necessário à execução dos serviços, promovendo imediatamente substituição de empregados ausentes, afastados ou desligados, sem qualquer custo adicional para o Crea-GO, inclusive mediante reserva técnica previamente dimensionada.

10.4 - Responder, de forma objetiva, por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, ainda que fora do exercício direto das atividades contratadas, conforme previsto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

10.5 - Cumprir todas as normas técnicas, sanitárias, ambientais, trabalhistas e de segurança do trabalho aplicáveis, incluindo as Normas Regulamentadoras do MTE e as orientações dos fabricantes dos produtos e equipamentos empregados na prestação dos serviços.

10.6 - Facilitar o acesso da fiscalização contratual às instalações e documentos relacionados à execução dos serviços, apresentando, sempre que solicitado, folha de ponto, controle de jornada, comprovantes de pagamento, registros de treinamento, entre outros documentos pertinentes.

10.7 - Designar e manter preposto com poderes para representá-la junto ao Crea-GO durante a vigência do **Contrato**, inclusive para atendimento a notificações, diligências e soluções de problemas operacionais, devendo comunicar formalmente qualquer ocorrência relevante no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**.

10.8 - Substituir, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer empregado cuja conduta, desempenho ou apresentação seja considerada incompatível com as normas internas do Crea-GO, observadas as garantias legais.

10.9 - Manter sigilo sobre todas as informações obtidas em razão do **Contrato** e instruir seus empregados sobre a proibição de utilizar bens e serviços da contratante para fins pessoais.

10.10 - Assegurar a continuidade dos serviços durante toda a vigência do **Contrato** e, na hipótese de substituição contratual, prestar suporte técnico à transição, inclusive mediante capacitação dos novos prestadores, se necessário, de forma a evitar qualquer descontinuidade na prestação.

10.11 - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante a execução contratual, conforme previsto nos arts. 62, §2º, e 121 da Lei nº 14.133/2021, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

10.12 - A Contratada deverá apresentar mensalmente, junto à nota fiscal, os documentos comprobatórios de regularidade:

10.12.1 - Certidão Negativa de Débito da Previdência Social (CND);

10.12.2 - Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

10.12.3 - Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

10.12.4 - Certidões negativas das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio da empresa;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

10.12.5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.12.6 - Comprovantes de recolhimento do FGTS e da contribuição previdenciária dos empregados afetos ao **Contrato**;

10.12.7 - Folha analítica de pagamento, GFIP, contracheques com comprovante de depósito bancário e folhas de ponto;

10.12.8 - Comprovantes de entrega de benefícios legais e convencionais como vale-transporte, auxílio-alimentação, etc.;

10.12.9 - Relatório mensal contendo nome, função e posto de trabalho dos empregados;

10.12.10 - Outros documentos solicitados pela Administração que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista.

10.13 - A Contratada deverá apresentar:

10.13.1 - Até **1 (um) dia útil** antes do início da execução: lista nominal dos empregados com nome, função, RG, CPF e horário;

10.13.2 - Até **15 (quinze) dias** após o início da execução ou após novas admissões: cópias da CTPS e dos exames admissionais;

10.13.3 - Até **15 (quinze) dias** após a rescisão de **Contrato** de trabalho ou encerramento contratual: termos de rescisão, guias de recolhimento do FGTS e INSS, extratos de contas vinculadas.

10.14 - Em caso de serviços subcontratados autorizados, a Contratada deverá apresentar o **Contrato** e nota fiscal da subcontratada.

10.15 - A Contratada se obriga a:

10.15.1 - Manter atualizados os documentos exigidos para habilitação e execução contratual;

10.15.2 - Garantir capacitação, treinamento, fornecimento de uniformes, EPIs e crachás aos empregados;

10.15.3 - Designar encarregado ou supervisor exclusivo para controle e orientação da equipe no Crea-GO;

10.15.4 - Substituir imediatamente empregados ausentes, em férias ou licenciados, mediante prévia comunicação ao Gestor;

10.15.5 - Gerenciar integralmente sua equipe, incluindo comunicações e remanejamentos, sem repasse à Administração;

10.15.6 - Atender às normas de saúde, higiene, segurança do trabalho e sustentabilidade ambiental;

10.15.7 - Manter sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas na execução do **Contrato**.

10.16 - A inadimplência da Contratada não transfere à Contratante qualquer responsabilidade quanto a encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal ou comercial.

10.17 - A Contratada é responsável:

10.17.1 - Pelo cumprimento das normas de acidentes de trabalho e saúde ocupacional;

10.17.2 - Por encargos decorrentes de demanda judicial de qualquer natureza relacionada ao **Contrato**;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

10.17.3 - Pelos prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros por ação ou omissão dolosa ou culposa;

10.17.4 - Por apresentar, sempre que solicitado, comprovação do cumprimento das obrigações legais.

10.18 - A Contratada obriga-se a não submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados, nem manter trabalhadores em condições análogas às de escravo, garantindo ambiente de trabalho digno e seguro, em consonância com a Constituição Federal e com o art. 2º, inciso II, alínea “a”, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.

10.19 - A Contratada obriga-se a não utilizar qualquer trabalho realizado por menor de 16 (dezesseis) anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e a não submeter menor de 18 (dezoito) anos à realização de trabalho noturno, em condições perigosas ou insalubres, nem à execução de atividades constantes da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, em observância ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e ao art. 2º, inciso II, alíneas “b” e “c”, do Decreto nº 12.174/2024.

10.20 - A Contratada deverá instituir, manter e divulgar a seus empregados alocados no Crea-GO canais acessíveis e seguros para recepção de denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, permitindo registro identificado ou sigiloso, assegurando-se:

10.20.1 - Proteção contra retaliações a denunciante e testemunhas;

10.20.2 - Registro formal e rastreável das denúncias recebidas;

10.20.3 - Apuração célere e confidencial dos fatos; e

10.20.4 - Adoção de medidas corretivas e preventivas cabíveis, inclusive, quando necessário, afastamento do empregado envolvido, sem prejuízo da comunicação imediata à Contratante quando as condutas tiverem ocorrido nas dependências do Crea-GO ou em razão dos serviços prestados.

10.21 - Sem prejuízo dos canais internos da Contratada, os trabalhadores poderão utilizar canais oficiais de denúncia disponibilizados pelo Crea-GO, hipótese em que a Contratada se compromete a cooperar com as apurações e a adotar as medidas corretivas que lhe forem determinadas.

10.22 - A Contratada deverá assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias de seus empregados vinculados à execução deste Contrato, em conformidade com o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, elaborando e mantendo atualizada escala anual de férias, observadas a Consolidação das Leis do Trabalho, o instrumento coletivo de trabalho aplicável e a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025, de modo a conciliar o direito ao descanso e ao convívio familiar com as necessidades do serviço, e devendo a referida escala ser disponibilizada ao gestor e ao fiscal do Contrato sempre que solicitada.

11 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

11.1 - Esta contratação observará integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com fundamento nos princípios e finalidades previstas em seus arts. 6º, 7º e 11, quanto à necessidade, adequação, minimização e finalidade do tratamento de dados pessoais.

11.1.1 - A Contratante atuará, em regra, como **Controladora** dos dados pessoais, e a Contratada como



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Operadora, observando-se as bases legais aplicáveis à execução do **Contrato**.

11.2 - A Contratada deverá realizar o tratamento de dados pessoais única e exclusivamente para os fins previstos neste instrumento, limitando-se às finalidades indispensáveis à execução do objeto contratual. Qualquer tratamento de dados fora dessas hipóteses será considerado irregular e sujeitará a Contratada às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

11.3 - É vedado à Contratada compartilhar, ceder, divulgar ou transferir, a qualquer título, os dados pessoais tratados em decorrência da execução do **Contrato**, salvo nos casos legalmente autorizados, como: cumprimento de obrigação legal ou regulatória, exercício regular de direito, determinação judicial ou requisição formal da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), nos termos do art. 7º, incisos II, VI e art. 11, II, “a” da LGPD.

11.4 - A Contratada deverá formalmente cientificar seus empregados e prepostos das obrigações previstas nesta cláusula, bem como assegurar que se comprometam a respeitar a Política de Privacidade e procedimentos de segurança da Contratante, incluindo instrumentos normativos internos aplicáveis.

11.5 - As partes deverão cooperar de forma mútua e tempestiva para assegurar o cumprimento dos direitos dos titulares de dados pessoais, nos termos dos arts. 17 a 22 da LGPD, bem como para atender determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD ou demais órgãos de controle e fiscalização.

11.6 - A Contratante poderá ter acesso aos dados pessoais de representantes legais, responsáveis técnicos ou outros agentes vinculados à Contratada, tais como: nome completo, CPF, RG, endereço eletrônico, endereço residencial e demais informações estritamente necessárias à execução contratual, devidamente justificados com base no princípio da finalidade.

11.7 - A Contratada declara que possui conhecimento integral da LGPD e compromete-se a adotar todas as medidas técnicas e organizacionais adequadas à proteção dos dados pessoais, promovendo a conformidade de seus sistemas, processos e condutas ao regramento legal e regulatório vigente.

11.8 - Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais tratados no âmbito deste **Contrato** – compreendidos como qualquer evento de acesso não autorizado, destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito –, a parte afetada deverá comunicar formalmente à outra parte no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** a contar da ciência do evento, observando o art. 48 da LGPD e suas regulamentações complementares.

11.8.1 - Nesses casos, a Contratada deverá fornecer tempestivamente todas informações necessárias para a avaliação de risco, mitigação de danos e, quando aplicável, para eventual comunicação à ANPD e aos titulares pela Contratante.

11.9 - A Contratada deverá manter registros das operações de tratamento de dados pessoais realizadas no contexto da presente contratação e promover o descarte seguro e irreversível desses dados, tão logo cesse a necessidade legal ou contratual que justifique sua guarda, conforme o art. 15 da LGPD.

11.10 - A subcontratação de atividades que envolvam tratamento de dados pessoais (suboperadores) depende de autorização prévia e expressa da Contratante, devendo a Contratada assegurar que os subcontratados cumpram as mesmas obrigações de proteção de dados aqui estabelecidas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11.11 - Para verificação do cumprimento desta cláusula, a Contratada permitirá auditorias razoáveis, documentais ou in loco, previamente agendadas, realizadas pela Contratante ou por auditor por ela indicado, restritas ao escopo de proteção de dados pessoais e às informações estritamente necessárias.

12 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1 - Em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, **será exigida** da licitante vencedora a prestação de **garantia contratual** no valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor total do **Contrato**, em qualquer das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da mesma lei. A exigência visa assegurar a fiel execução do **Contrato**, mitigar riscos operacionais e proteger a Administração contra prejuízos decorrentes de inadimplemento, atrasos, vícios ou danos causados à contratante ou a terceiros.

12.2 - A garantia de execução contratual deverá ser apresentada como condição para a assinatura do Contrato, observadas as seguintes disposições:

12.2.1 - A garantia poderá ser prestada, a critério da Contratada, mediante uma das modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, observado o valor de mercado e a regulamentação específica expedida pelo Governo Federal;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária, contendo, obrigatoriamente, cláusula de renúncia aos benefícios previstos no art. 827 do Código Civil, em especial à ordem de nomeação de bens.

12.2.2 - Em qualquer das modalidades adotadas, a garantia deverá conter cobertura expressa para verbas rescisórias trabalhistas, na forma do §3º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3 - A garantia deverá ser apresentada em até **5 (cinco) dias úteis** contados da convocação para assinatura do Contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

12.2.4 - A Contratante poderá utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução contratual, reparar danos causados pela Contratada ou satisfazer obrigações inadimplidas, inclusive de natureza trabalhista, previamente notificada a Contratada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.5 - Ocorrendo uso parcial ou total da garantia pela Contratante, a Contratada deverá recompor o valor original em até **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação correspondente.

12.2.6 - A garantia será mantida durante toda a vigência do Contrato, inclusive em eventuais prorrogações, e somente será liberada ou restituída após o decurso do prazo de **90 (noventa) dias corridos**, contados do recebimento definitivo do objeto, desde que inexistam pendências de qualquer natureza, inclusive trabalhistas, ou responsabilizações em andamento.

12.2.7 - No caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da Contratada, o valor da garantia, integral ou remanescente, reverter-se-á em favor da Contratante, sem prejuízo da apuração de perdas e danos eventualmente verificadas.

13 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

13.1.1 - Der causa à inexecução parcial do **Contrato**;

13.1.2 - Der causa à inexecução parcial do **Contrato** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3 - Der causa à inexecução total do **Contrato**;

13.1.4 - Ensejar retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

13.1.5 - Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **Contrato**;

13.1.6 - Praticar ato fraudulento na execução do **Contrato**;

13.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 - Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1 - Advertência, quando houver descumprimento de pequena relevância ou quando der causa à infração prevista no subitem **13.1.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens **13.1.2**, **13.1.3** e **13.1.4**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens **13.1.5**, **13.1.6**, **13.1.7** e **13.1.8**, bem como nas hipóteses previstas nos subitens **13.1.2**, **13.1.3** e **13.1.4**, que justifiquem penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.4 - Multa:

a) Moratória de **0,5%** (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias úteis**;

b) Compensatória, para as infrações descritas nos subitens **13.1.5** a **13.1.8**, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do **Contrato**;

c) Compensatória, para a infração descrita no subitem **13.1.3**, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do **Contrato**;

d) Compensatória, para a infração descrita no subitem **13.1.2**, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do **Contrato**;

e) Compensatória, para a infração descrita no subitem **13.1.1**, no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada.

13.3 - A aplicação das sanções previstas neste **Contrato** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4 - Todas as sanções previstas neste **Contrato** poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5 - Se a multa aplicada e indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6 - A multa poderá ser recolhida administrativamente antes do encaminhamento à cobrança judicial, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

13.8.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.8.2 - As peculiaridades do caso concreto;

13.8.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.8.4 - Os danos que dela provierem para a Contratante;

13.8.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9 - Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.10 - A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **Contrato** ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11 - A Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.13 - Os débitos da Contratada à Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pela



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

referida Administração à Contratada, decorrentes deste ou de outros contratos administrativos firmados entre as partes, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 - O Contrato será extinto quando atingido o termo final de sua vigência, salvo se houver prorrogação formalmente autorizada, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, não se eximindo, nessa hipótese, o cumprimento de obrigações contratuais remanescentes ou pendentes.

14.2 - O Contrato poderá ser extinto antecipadamente, por decisão da Administração, nas hipóteses do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021: (i) quando o objeto contratual se tornar tecnicamente inadequado, imprestável ou inconveniente para a Administração, observada a devida motivação; (ii) por razões de interesse público devidamente justificadas, decorrentes de fato superveniente, relevante e imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis; (iii) em caso de supressão do objeto contratual por conveniência da Administração, nos limites legalmente permitidos; (iv) por razões de ordem técnica devidamente fundamentadas e reconhecidas pela Administração; (v) em caso de atraso injustificado no início da execução do **Contrato**, por culpa da Contratada; (vi) por indisponibilidade de créditos orçamentários suficientes para sua continuidade.

14.3 - Em quaisquer das hipóteses acima, a extinção contratual será formalizada por termo próprio e produzirá efeitos na data nele definida, respeitado prazo razoável para planejamento da transição contratual e preservação da continuidade dos serviços públicos (art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 - Se, ao término da vigência contratual, remanescerem obrigações materiais vinculadas à execução do objeto, a Contratante poderá prorrogar excepcionalmente a vigência pelo tempo estritamente necessário à sua conclusão, mediante termo aditivo fundamentado (§1º do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5 - Caso a não conclusão do objeto decorra de inadimplemento imputável à Contratada: (i) esta será considerada em mora, sujeitando-se às sanções previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133, de 2021; (ii) a Administração poderá declarar a extinção unilateral do **Contrato**, adotando as medidas legais cabíveis para garantir continuidade da prestação dos serviços, inclusive mediante contratação direta emergencial, nos termos do art. 75, inciso VIII, da mesma Lei.

14.6 - A extinção contratual será formalizada por termo específico, devidamente motivado, instruído com os documentos comprobatórios, registros administrativos e atos subsequentes necessários: (i) apuração de responsabilidades civis, contratuais e administrativas; (ii) encerramento financeiro, com verificação de adimplemento parcial ou integral; (iii) levantamento de bens, valores, documentos e informações sob guarda da Contratada; (iv) regularização de obrigações trabalhistas e previdenciárias, quando aplicável.

14.7 - A extinção contratual não exime as partes das responsabilidades por obrigações contratuais remanescentes ou danos decorrentes de ações ou omissões ocorridas durante a execução do ajuste, conforme disposto no §2º do art. 104 da Lei nº 14.133, de 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO para o exercício de **2026**: 6.2.2.1.1.01.04.09.008 – Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem.

16 - DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO

17.1 - O presente **Contrato** fundamenta-se:

17.1.1 - Nas normas do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;

17.1.2 - Nas normas da Lei n. 14.133, de 1ª de abril de 2021;

17.1.3 - Nos preceitos de direito público;

17.1.4 - Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos contratos e disposições do Direito Privado.

17.1.5 - Relativamente ao disposto na presente Cláusula, aplicam-se subsidiariamente, as disposições da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

18 - DAS ALTERAÇÕES

18.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disposições dos arts. 124 a 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.2 - A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **Contrato**, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**, contado da data de sua implementação (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4 - Registros que não caracterizem alteração do **Contrato** poderão ser realizados por meio de apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

19 - DA PUBLICAÇÃO

19.1 - Em atenção ao disposto no art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c o art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e ao art. 123, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, caberá ao Crea-GO:

19.1.1 - Disponibilizar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o inteiro teor dos instrumentos contratuais e seus anexos;

19.1.2 - Disponibilizar no Portal da Transparência do Crea-GO, o inteiro teor dos instrumentos contratuais e seus anexos, e informações complementares exigidas nos §§2º e 3º do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

20 - DO FORO

20.1 - Fica eleito o foro da Justiça Federal, circunscrição do Estado de Goiás, para dirimir quaisquer questões, oriundas deste **Contrato**, não resolvidas na esfera administrativa.

20.2 - Por estarem acordes, assinam este instrumento os Representantes das partes, Contratante, Contratada e testemunhas arroladas.

Goiânia, aos _____ dias do mês de _____ de 2026.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás
Engenheiro Lamartine Moreira Junior
Presidente do Crea-GO
Contratante

Razão Social
Representante Legal
Contratada

